

# Macabéa

Revista Eletrônica do Netli, Volume 8, Número 2, Jul.-Dez., 2019

## ORIGENS E ESTRUTURAÇÃO HISTÓRICA DO LÉXICO ANTROPONÍMICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO



## ORIGINS AND HISTORICAL STRUCTURATION OF ANTHROPONYMIC LEXICON OF BRAZILIAN PORTUGUESE

Juliana Soledade  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA BAHIA; CNPq, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)  
RECEBIDO EM 27/04/2019 • APROVADO EM 02/06/2019

---

### Abstract

---

In this study, we will focus on the historical constitution of the Portuguese anthroponymic lexicon, focusing on the Brazilian variety. It is our goal to locate ourselves as observers of the constitution of the onomastic personative lexicon of the Portuguese from the romanization of the Hispanic territory to the current context of anthroponymics uses in Brazil, dealing specifically with the first names. In this way we will trace a path based on the socio-history of the linguistic contacts that allowed the permanence of certain names in use in Brazil, that is to say that our trajectory about the history of this names will not necessarily coincide with the period of their entry in the Portuguese language, but with the moments that made

it possible for such elements to figure in the Brazilian personal namespace due to the linguistic contacts throughout the historical constitution of our language.

---

## Resumo

---

Nesse estudo, focalizaremos a constituição histórica do léxico antroponímico do português, com enfoque na variedade brasileira. É nosso objetivo nos localizarmos como observadores da constituição do quadro onomástico personalativo do português a partir da romanização do território hispânico chegando ao atual quadro dos usos antroponímicos no Brasil, tratando especificamente dos prenomes. Desse modo traçaremos um percurso com base na sócio-história dos contatos linguísticos que propiciaram a permanência de certos nomes em uso em solo brasileiro, isso quer dizer que a nossa trajetória acerca dos nomes não necessariamente coincidirá com o período da entrada desses prenomes na língua portuguesa, mas com os momentos que possibilitaram com que tais elementos pudessem figurar no quadro onomástico pessoal brasileiro devido aos contatos linguísticos ao longo da constituição histórica do nosso idioma.

---

## Entradas para indexação

---

**KEYWORDS:** Anthroponymy. Lexicon. History. Portuguese Language.

**PALAVRAS CHAVE:** Antroponímia. Léxico. História. Língua Portuguesa.

---

## Texto integral

---

### PALAVRAS INICIAIS

Quando Joseph Maria Piel publicou, em 1976, o clássico artigo: *Origens e estruturação histórica do léxico do português* concentrou as suas pesquisas sobre a formação do léxico comum e forneceu informações sumarizadas acerca dos aspectos históricos envolvidos na constituição do arcabouço lexical do português europeu, sendo o português brasileiro referido, apenas, brevemente dentro daquilo que chama *vozes exóticas*, citando unicamente duas contribuições lexicais: *tapioca* e *mandioca*.

Nesse estudo, pretendemos seguir, em certa medida, algumas pressuposições e métodos empreendidos por Piel no referido artigo, porém focalizaremos a constituição histórica do léxico antroponímico do português, com enfoque na variedade brasileira. Porém, como esta é herdeira direta do português europeu, não seria nem prudente, nem apropriado descolar uma história da outra.

Na sua reconstituição histórica, Piel toma como ponto de partida a romanização da Península Ibérica, considerando, de início, o léxico pré-romano remanescente e o léxico latino trazido pelos invasores romanos. Nossa intenção,

para tratarmos do léxico antroponímico, é também nos localizarmos como observadores da constituição do quadro onomástico personativo do português a partir da romanização do território hispânico chegando ao atual quadro dos usos antroponímicos no Brasil, tratando especificamente dos prenomes.

A decisão por esse caminhar no sentido dos contatos entre línguas para compreender as origens e estruturação do léxico antroponímico do português brasileiro encontra eco nas palavras de Leite de Vasconcelos, quando elaborou seu canônico estudo acerca da antroponímia portuguesa:

De todos os povos que habitaram o nosso solo ou o pisaram como conquistadores, ficaram sempre alguns registros na antroponímia. Agora se mencionaram dois nomes que serão pré-romanos, vindos porém de Hespanha [*Guterre* e *Garcia*]. Temos depois nomes romanos, gregos, hebreus, germanicos, arabicos. Em verdade nomes que se possam fazer ascender à época propriamente romana não abundam: considerar-se-hão tais, por exemplo, *Bento*, *Martinho*, *Romão*, *Valha*. Os nomes arábicos também não são muitos. (VASCONCELOS, 1928, p. 566)

Em que pesem as dificuldades de se encontrar registros históricos acerca dos antropônimos em uso na Península Ibérica até a formação da língua portuguesa no séc. XII, tentaremos empreender essa jornada, com o objetivo de falar da antroponímia que se encontra de fato em uso no Brasil, para isso, tomaremos como referência os dados oferecidos pelo IBGE que, a partir do Censo de 2010, elaborou a plataforma Nomes no Brasil cujo conteúdo traz informação acerca dos mais de 130 mil prenomes que encontram registro no país.

Desse modo traçaremos um percurso com base na sócio-história dos contatos linguísticos que propiciaram a permanência de certos nomes em uso em solo brasileiro, isso quer dizer que a nossa trajetória acerca dos nomes não necessariamente coincidirá com o período da entrada desses prenomes na língua portuguesa, mas com os momentos que possibilitaram com que tais nomes pudessem figurar no quadro onomástico pessoal brasileiro devido aos contatos linguísticos ao longo da constituição histórica do nosso idioma. Compreendemos com Piel que:

O léxico de uma língua de civilização como a língua portuguesa é um **organismo vivo**, extremamente complexo na sua composição, pois resulta de um trabalho multissecular de elaboração e de selecção, cujos princípios se situam bastante para além da época em que o português se manifesta como instrumento literário nos primeiros documentos escritos (cerca de 1200). Como sucede com o léxico das demais línguas de cultura, nunca será possível reconstituir todas as fases por ele percorridas e destrinçar a contribuição das muitas gerações que nele colaboraram até se constituir o magno edifício que hoje se nos depara nos grandes dicionários modernos. Este longo e laborioso passado explica a falta de homogeneidade, em perspectiva histórica, que caracteriza

a sua estrutura. Com efeito, o conjunto vocabular do português nunca se manteve estacionário, antes evoluiu constantemente num ritmo ora mais, ora menos acelerado, evolução que não chegou ainda ao seu termo e que representa o esforço comum de homens procedentes de ambientes geográficos e sociais muito diversos. Entre as formas faladas-populares e as cultas-literárias observa-se uma permuta contínua e fertilizadora, em ambos os sentidos. Ao caudal vocabular do primitivo património afluíu, em ondas sucessivas, uma infinidade de elementos estrangeiros, europeus e extra-europeus, entrando em linha de conta praticamente todas as línguas com que os Portugueses, no decorrer da sua história, estiveram, directa ou indirectamente, em contacto. (PIEL, 1989 [1976] p. 9)

E embora o autor se refira especificamente ao léxico comum do português europeu, o mesmo pode ser dito acerca da afluência de múltiplas contribuições para a formação do léxico antroponímico brasileiro. Daí, tomarmos os contatos linguísticos como rota condutora para a compreensão de como se origina e se estrutura o nosso sistema onomástico personativo, focalizando os prenomes.

#### ELEMENTOS PRÉ-LATINOS

Quando o processo de romanização se inicia na Península Ibérica, no século III a.C., havia ali pelo menos três grandes grupos étnicos: os celtas ocupando majoritariamente a costa oeste, os iberos na costa leste, e os celtiberos no centro, havendo, ainda, no extremo norte o território basco e no extremo sul o domínio turdetano. Acerca das filiações etno-linguísticas na Hispânia, consideremos as palavras de Viaro:

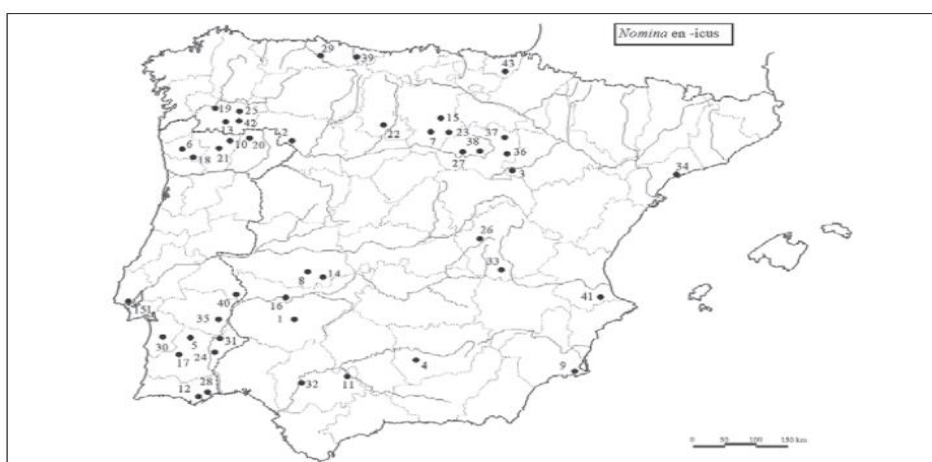
Na Península Ibérica, viviam gregos, fenícios, cartagineses, celtas e iberos. Há quem aposte numa antiquíssima presença ambroilíria. A menção dos autores antigos a povos nem sempre coincide com as línguas que eles falavam. Apenas na região de Portugal são citados turdetanos, túrdulos, igeditanos, presuros, gróvios, brácaros, zelas. Os lusitanos formavam um povo provavelmente indo-europeu que não se aparentava com os celtas, que teriam entrado na Península por volta do século VIII a.C. Mesmo os celtas eram referidos por vários nomes de tribos ao norte do Douro e ao sul do Alentejo: ártabros, cónios, seurros. Como temos apenas os nomes desses povos e pouca coisa se manteve escrita, em alfabetos ibéricos de difícil decifração, sobram apenas palavras cuja atribuição a esta ou àquela língua é impossível. (VIARO, 2004, p. 255-256)

Assim, sabe-se que no noroeste da Península, aonde viria a se formar a romance galego-português, predominavam populações de origem céltica e uma forte influência dos proto-bascos. A romanização tardia<sup>1</sup> desse território possibilitou, de um lado, uma maior sobrevida das línguas autóctones e, de outro,

a difusão de um latim vulgar mais conservador, fruto da romanização empreendida pela corrente originária da Bética que, por sua vez, teve uma rápida e profunda romanização.

Vallejo Ruiz (2010) nos apresenta um estudo de natureza paleohispanística sobre antroponímia celta na Península Ibérica, os dados que levanta são provenientes de diferentes províncias romanas, datados da época em que os sistemas onomásticos dos povos pré-romanos entraram em contato com a fórmula romana clássica dos *tria nomina* (*praenomen*, o *gentilicium* e o *cognomen*). No mapa abaixo, é possível identificar as localizações de onde se originam os dados analisados pelo autor.

**Mapa 1:** Localizações de onde se recolheram dados acerca da antroponímia hispânica



FONTE: Vallejo Ruiz (2010, p. 642)

Acerca do mapa, o autor coloca uma importante constatação:

tras la exposicion de los datos, reflejamos en un mapa las localidades en las que hallamos antroponimos de cualquiera de los tipos anteriores obtenemos una grafica realmente interesante (ver mapa), dado que en ella se aprecia una alternancia entre regiones con gran cantidad de atestigüaciones y otras donde faltan por completo. Por la segunda parte, la de los vacios, se observa que la region lusitana central y la astur carecen casi de testimonios. (VALLEJO RUIZ, 2010, p. 639)

Contudo, no noroeste, algumas cidades aparecem como fontes de dados, como Braga, Orense, Outeiro Seco, Chaves, Vilarinho, Vinhais, entre outras. O estudo de Vallejo Ruiz demonstra que, embora os sufixos latinos de caráter onomástico como *-ius*, *-anus*, *-icus*<sup>2</sup> se fizessem presentes nos dados recolhidos, as raízes dos nomes analisados são de origem pré-romana, a esse produto antroponímico o autor atribui o termo *idiônimo*, dentre os quais podemos

exemplificar: *Antubellicus*, *Apilicus*, *Assalica*, *Auellicus*, *Caelicus*, *Cocilicia*, *Docquiricus*, *Labicia*, *Labicius*, *Vatricus*.

Os exemplos fornecidos pelo autor são muito numerosos e a análise deles pode demonstrar que, embora, tenham subsistido, certamente, por algum tempo no cenário onomástico peninsular, esses chamados idiônimos não se perpetuaram na antroponímia do português.

Diante desse atestado apagamento da antroponímia pré-romana, o que podemos dizer acerca dos poucos nomes que permanecem em uso no Brasil cuja origem atestada nos dicionários e estudos onomásticos<sup>3</sup> aponta para uma influência do contato do latim com diferentes idiomas no período do império romano?

Primeiro podemos inferir que, em sua grande maioria, entraram em uso na nossa onomástica em momentos muito posteriores àquele em que se deu o contato entre as línguas pré-romanas e o latim vulgar. Segundo que sua inserção na língua portuguesa passa por uma retomada desses nomes através da história, da literatura, dos cancioneiros e das mitologias que se perpetuaram enquanto reconstruções ficcionais ou não de um momento pretérito de nossa história.

O prenome *Viriato* (519)<sup>4</sup>, imortalizado, pela história e pela literatura em *Os Lusíadas* de Camões, como o grande guerreiro lusitano, é de provável origem céltica. Lapesa (1960, p. 336-338) considera que à semelhança do que acontece com *Celtius/Celtiatus*, *Viriatus* derivaria de *Virius* de onde também seriam procedentes outros antropônimos peninsulares como *Virianivs*, *Vironivs*, *Vironvs* e *Verotvs*. Por sua vez, estes estariam relacionados a uma raiz indo-europeia *\*uiros* 'varão' que também se encontra presente em outros dialetos itálicos e célticos, bem como germânicos, em que também figura como elemento formativo de nomes de pessoas<sup>5</sup>.

Também de origem céltica estão em uso no Brasil alguns nomes relacionados à lenda arturiana: *Artur* (132.947), *Morgana* (16.698) *Percival* (417), *Guinever* (36). Segundo Entwistle (1942) o cancioneiro medieval galego-português já no século XIII sofria influências do romanceiro bretão via influência francesa, mas é no século seguinte que a Lenda do Rei Artur toma corpo em traduções na Península Ibérica:

Mas estas lendas seguiram o mesmo caminho que as de Carlos Magno, e encontraram da mesma forma uma saída natural pela Galiza e por Portugal, onde existia não só uma escola de poesia lírica florescente, mas também, podemos afirmá-lo, um espírito gentil — herança dos primitivos habitantes celtas, aumentado pela comunicação constante com as terras célticas... Estas poesias [os cinco *Lais de Bretanha* do *Canc. Colocci-Brancuti*] são traduções livres do francês, e mostram-nos como a *matière de Bretagne* deve ter sido familiar aos trovadores galegos e portugueses, mesmo no século XIII. Durante o século XIV principiaram a ser traduzidos para castelhano [os romances arturianos] (ENTWISTLE, 1942, p. 9).

Por outra via, a da história, entram no Brasil prenomes de origem fenícia, ligados a personagens das chamadas Guerras Púnicas, travadas entre romanos e cartagineses: *Anibal* (8.491), *Asdrúbal* (284), *Aderbal* (3.695), *Amílcar* (1962).

De origem basca temos *Chavier* (357)/*Xavier* (1800), ligado ao hagiônimo *São Francisco Xavier*, originário da cidade de Xavier (*Xabier*, em Basco), na província de Navarra na Espanha, território de ocupação basca.

Em suma, estudos de onomástica paleohispânica se concentram, sobretudo, em fontes das línguas turdetana e iberas, que legaram registros escritos. Em que pese as tentativas de reconstrução da relação gráfico-fônica através das remanescentes fontes de dados relativas à onomástica, os estudos empreendidos até então gozam de fornecer a evidência de que, se na toponímia, alguns dos nomes próprios atribuídos pelos povos pré-romanos ainda subsistem, na antroponímia o seu apagamento é quase absoluto. Por isso, em sua maioria, os exemplos de prenomes originários de línguas pré-romanas elencados nessa seção são aquisições para a onomástica da língua portuguesa por vias outras que não o contato linguístico *in locu*.

## FUNDO GRECO-LATINO

Piel, ao falar do fundo patrimonial do léxico comum do português, referiu-se a ele como sendo essencialmente latino, porém não deixou de considerar que esse latim, que seria expandido para as províncias do império romano, “[...], assimilara, ainda anteriormente à sua expansão fora da Itália, numerosos **elementos estranhos**: «mediterrâneos», etruscos e, principalmente, gregos.” (Piel, 1989 [1976], p. 2).

Parece-nos curioso, contudo, que o destaque para a contribuição grega ao léxico comum apareça de forma tão ligeira, considerando que a língua helênica é a segunda maior fonte de itens lexicais no português depois do latim, ainda que, uma grande parte de suas contribuições seja da época medieval, como bem coloca Viaro (2004, p. 236): “A grande maioria dessas palavras [cultas de origem grega] não foi formada no português, mas no latim medieval, no francês, ou no inglês, sendo em seguida adaptadas para o português”.

Dada essa consideração, optamos aqui por tratar de um fundo que chamamos greco-latino, no sentido de entender que a cultura romana que foi levada à Península Ibérica, bem como a sua língua, já possuía um elevado nível de influência grega, influxos que continuaram a atingir os romances ao longo do medievo.

O sistema antroponímico grego era, em princípio, bem simplificado, se comparado com o que viria a se tornar o sistema romano de nomeação de indivíduos. Na Grécia antiga, predominavam nomes únicos, quando não, o nome poderia ser seguido de um gentílico (como em Σωκράτης ὁ Σωφρονίσκω ‘Socrates de Sofronisco’), ou Τελαμώνιος Αἴας (‘Ajax de Telamon’).

As fontes de antropônimos de origem grega na língua portuguesa são variadas, e podemos dividi-la em três grandes grupos principais: 1) filósofos,

escritores, pensadores e figuras históricas, 2) nomes de personagens mitológicos, 3) nomes de personagens literários. Observemos o alcance de alguns desses nomes nos usos no Brasil:

(1) *Aristóteles (3.230), Arquimedes (3.169), Demócrito (342), Diógenes (12.219), Euclides (26.311), Eurípedes (1.258), Leónidas (450), Platão (88), Pitágoras (464), Plutarco (26), Sócrates (1.899), Sófocles (27), Tales(34.146)* – todos masculinos.

(2) *Afrodite (76 f.), Ártemis (553 f.), Apolo (2.125 m.), Atena (68 f.), Ares (263 m.), Dione (30.390 f.), Dionísio (19.442 m.), Hebe (1.567 f.), Hélio (137.525 m.), Hera (22 f.), Hércules (10.318 m.), Hermes (12.845 m.), Heracles (76 m.), Némesis (22 f.), Nice (7.484 f.), Perseu (132 f.), Zeus (238 m.)*<sup>6</sup>.

(3) *Agamenon (2.443 m.), Aquiles (6.196 m.), Édipo (3.309 m.), Electra (29 f.), Enéias (5.988 m.), Eurídice (2.526 f.), Heitor (36.752 m.), Helena (197.591 f.), Ismênia (3.308 f.), Laio(1.402 m.), Laerte (15.636 m.), Laércio (49.225 m.), Jasão (100 m.), Jocasta (1.823 f.), Medeia (30 f.), Menelau (23 f.), Nestor (16.014 m.), Penélope (1.600 f.), Ulisses (19.603 m.)*.

Ainda sobre os nomes de origem grega vale destacar alguns que figuram entre os 100 nomes mais populares no Brasil: *Alexandre (444.097/51<sup>o</sup>), Felipe (615.924/18<sup>o</sup>), Jorge (465.949/47<sup>o</sup>), Lucas (1.116.818/ 8<sup>o</sup>), Mônica (203.322/80<sup>o</sup>), Sandra (480.379/41<sup>o</sup>)*.

Por sua vez, o fundo patrimonial do léxico antroponímico de base latina constitui certamente a maior camada, sobretudo entre os nomes mais populares e difundidos no Brasil.

O sistema de nomeação latino desenvolveu-se no processo de constituição e sedimentação da sociedade romana. No século V a.C., a população de Roma ainda ocupava um reduzido espaço físico da Península Itálica. Nesse contexto, como diz Santos: “diferenciar um indivíduo no seio de uma família ou de alguma pequena localidade não era problemático, mas identificá-lo em comunidades mais vastas exigia formas de denominação mais complexas” (SANTOS, 2007, p. 201). Por volta do século III a.C, com o expansionismo, Roma já cobria quase toda a Península Itálica e já trazia em seus domínios um contingente populacional vasto. Naturalmente, como observou Santos, o novo contexto romano exigiu estratégias de nomeação mais elaboradas.

Câmara Jr. (1975) destaca o fato de que os indivíduos foram criando um sistema antroponímico próprio, ligado diretamente à estrutura familiar dentro da ordem social de Roma. Como o Império foi se tornando vasto e muito populoso, ampliando a complexidade das relações sociais, surgiu a necessidade de se utilizar um segundo nome para diferenciar as pessoas e, por volta do século II antes de Cristo, os historiadores já atestavam a existência de um sistema de nomeação composto por três nomes ou *tria nomina*, estruturado da seguinte forma: o



*praenomen*, o *gentillicum* e o *cognomen*. O principal elemento da frase antroponímica romana era o *gentillicum*, aquele que estabelecia, dentro do sistema antroponímico romano, uma relação inerente à estrutura familiar, uma vez que os partícipes do grupo eram identificados pelo nome da *GENS*, correspondente ao grupo consanguíneo originário de um antepassado comum.

Além do *gentillicum*, a identificação também era feita pelo nome do grupo familiar menor a que o indivíduo pertencia, o *cognomen*, e pelo nome individual, o *praenomen*. Esses elementos obedeciam a uma locução obrigatoriamente ordenada – *praenomen*, *gentillicum* e *cognomen*, a exemplo de *Caius Iulius Caesar* e *Marcus Tullius Cicero*.

Embora seja comum que estudiosos tomem como referência esse sistema denominado de *tria nomina* para falar do léxico antroponímico latino, é sabido que esse modelo nunca foi geral e uniforme, nem do ponto de vista diacrônico, nem do ponto de vista diatópico, sequer diastrático.

Por exemplo, considerando a estrutura antroponímica existente e as mudanças contínuas ocorridas no seio da sociedade, surgiu a opção de inserir um quarto e último elemento, o *agnomen*, sendo este uma espécie de alcunha que o indivíduo assumia de acordo com algum aspecto relevante de sua história, como bem fez notar Carísio (gramático, séc. IV d.C.): “É necessário ensinar e explicar que o *agnomen* é adicionado depois do *cognomen* e que é atribuído, geralmente, pela prática de uma acção ou como referência a uma virtude ou defeito.” (Gaspar, 2010, p.160), um exemplo de frase antroponímica com inserção de *agnomen* é *Publius Cornelius Scipio Africanus*<sup>7</sup>.

Em relação à herança latina na antroponímia do português, podemos notar que qualquer elemento da frase, fosse *praenomen*, *gentillicum* e *cognomen*, pôde passar a integrar o sistema de nomeação português na condição de prenome, por exemplo, de *Caius Iulius Caesar* e *Marcus Tullius Cicero* temos seis prenomes em uso no Brasil (*Caio, Júlio, César, Marcus (Marcos, Marco), Túlio, Cícero*).

Para citar exemplos de nomes de origem latina utilizaremos como fonte os dados do IBGE considerando os 100 prenomes mais populares no Brasil, separando-os por gênero masculino e feminino:

(4) *Adriano* (335.585/46<sup>o</sup>), *Antonio* (2.567.494/3<sup>o</sup>), *Benedito* (213.323/72<sup>o</sup>), *Cícero* (247.711/62<sup>o</sup>), *Cláudio* (350.428/42<sup>o</sup>), *Fábio* (545.581/25<sup>o</sup>), *Flávio* (265.201/56<sup>o</sup>), *Júlio* (334.254/48<sup>o</sup>), *Luciano* (335.214/47<sup>o</sup>), *Márcio* (466.140/33<sup>o</sup>), *Mário* (268.171/55<sup>o</sup>), *Paulo* (1.417.907 /6<sup>o</sup>), *Renato* (327.610/49<sup>o</sup>).

(5) *Adriana* (565.621/5<sup>o</sup>), *Amanda* (464.624/13<sup>o</sup>), *Antônia* (588.783/4<sup>o</sup>), *Júlia* (430.067/17<sup>o</sup>), *Juliana* (562.598/6<sup>o</sup>), *Letícia* (434.056/16<sup>o</sup>), *Luciana* (429.769/18<sup>o</sup>), *Márcia* (551.855/7<sup>o</sup>), *Mariana* (381.788/20<sup>o</sup>), *Regina* (252.483/55<sup>o</sup>), *Rosa* (360.336/40<sup>o</sup>), *Patrícia* (529.446/9<sup>o</sup>), *Paula* (221.113/67<sup>o</sup>), *Sílvia* (203.901/79<sup>o</sup>), *Renata* (345.195/30<sup>o</sup>)<sup>8</sup>.

Acerca dos nomes tratados como de origem latina, Viaro (2004) irá colocar duas questões relevantes, primeiro que “Sem etimologia clara, temos vários nomes clássicos latinos. Alguns podem, inclusive ter origem etrusca, língua isolada e sem decifração satisfatória” (VIARO, 2004, p. 313), segundo, que, em relação à época de entrada de alguns desses nomes na língua portuguesa, muitos remontam à Idade Média, através da influência do cristianismo.

O caudal de nomes de origem latina não poderia ser aqui retratado fielmente, haja vista a nossa limitação de espaço, contudo, a figuração desses prenomes entre os 100 mais populares no Brasil, nos fornece uma ideia da incidência que a onomástica pessoal latina teve sobre o sistema antroponímico do português brasileiro.

### ELEMENTO GERMÂNICO

Com as invasões bárbaras e com a presença germânica em grande parte do território antes ocupado pelos romanos, no século V, terá início, no mundo ocidental, a Idade Média.

O sistema antroponímico medieval, conforme explicita Santos (2003), não pode ser considerado como uma realidade estática, mas como um mecanismo em permanente construção. Ao longo da Idade Média, a evolução do sistema antroponímico que operava em torno da atribuição de um único nome (prenome) e que passou a uma fórmula constituída por dois elementos, foi, talvez, o marco mais significativo do processo de formação dos antropônimos medievais. Acerca do segundo elemento personativo, ao empreender um estudo sobre os sobrenomes em documentos notariais galego-portugueses, Silva afirma:

para identificar um indivíduo bastava um nome próprio e outro designativo que o integrava na família a que pertencia, normalmente, um patronímico, o outro processo seria a utilização de um locativo, identificando o indivíduo através do local onde este residia ou teria nascido. (SILVA, 2013, p. 36)

Essa análise da autora vem reverberar algo que Leite de Vasconcelos já sinalizava em seus estudos sobre a antroponímia portuguesa:

Na mais remota idade-média, até onde nos permitem chegar os documentos que possuímos, os nomes tinham grande simplicidade: *Hilarinos*, sec. VI, [...] *Donata*, sec. V [...]. A princípio juntava-se ao nome próprio um simples patronímico, ou uma designação geográfica, indicativa de naturalidade, residência, ou posse; às vezes uma alcunha. O patronímico foi rigoroso até o sec. XV, e depois degenerou em apelido, como também a designação

Em outro artigo sobre o léxico do português, J. M. Piel aborda a presença da antroponímia germânica nas línguas peninsulares, e inicia seu texto dizendo “É sabido que uma parte considerável do onomástico pessoal (e secundariamente geográfico) antigo e moderno da Península é de substância germânica” (PIEL, 1989 [1960], p. 129). A influência direta da antroponímia germânica<sup>9</sup> sobre o português tem seu momento mais relevante a partir do século IX, quando a solidariedade hispano-goda se fortalece ao lado do empreendimento da reconquista dos territórios invadidos pelos muçulmanos, dando vez a uma grande prevalência de nomes de origem goda, como bem demonstra Piel (1989 [1960]), ao levantar documentos escritos na Idade Média em que figuram, em quase sua totalidade, nomes de caráter germânico (um documento do Mosteiro de Sobrado, na Galícia, datado de 842; um documento de Braga, datado de 900; um documento de doação, do Mosteiro de San Cugat na Catalunha, datado de 964; um diploma de Oviedo, datado de 908). Dentre os nomes levantados pelo autor, destacamos alguns que permaneceram em uso na antroponímia brasileira: *Adefonsus* (*Afonso*), *Atanagildus* (*Atanagildo*) *Gundisalvus* (*Gonçalvo*), *Leovegildus* (*Leovigildo*), *Recaredus* (*Ricardo*) e *Rodericus* (*Rodrigo*), ao lado de outros que não subsistiram, como: *Agnietrudie*, *Astramundus*, *Gultrodo*, *Guntilde*, *Leodele*, *Salamirus*, *Seluva*, *Udisclus*, *Undela*.

A observação dos dados oferecidos por Piel, bem como dos dados apresentados por estudos preliminares acerca de documentos notariais da Idade Média produzidos no território galego-português (PEREIRA FILHO, 2015), revela que uma parte dos nomes germânicos em uso naquele período não teve sobrevivência na tradição portuguesa subsequente. Esse apagamento afeta, grandemente, os nomes femininos, pois como se pode observar, já não são frequentes mais nomes como *Agnertrudie*, *Cunegunde*, *Godesalva*, *Godina*, *Tusnelda*, *Urraca* etc<sup>10</sup>.

Apesar dessas perdas, a influência germânica na antroponímia ainda se verifica como abundante no português do Brasil, não só porque incorporamos, via colonização portuguesa, uma grande parcela desses nomes que adentraram a tradição lusitana, mas também porque através de contatos culturais posteriores com línguas de origem germânica, como o inglês, ou de forte influência germânica, como o francês, pudemos absorver novos prenomes que se formaram originalmente na Germânia.

Como exemplos de nomes de origem germânica selecionamos, na letra A do dicionário de Nascentes (1952), os nomes que permanecem em uso no Brasil

(6) *Adalberto* (47.995), *Adalfredo* (43), *Adelelmo* (22), *Adelino* (24.381), *Adélio* (95.687), *Adelmar* (1.184), *Adolfo* (17.515), *Adroaldo* (4.407), *Afonso* (48.511), *Agildo* (1.428), *Agliberto* (130), *Aguinaldo* (25.588), *Alberto* (108.018), *Aldo* (35.308), *Alfredo* (57.217), *Amauri* (35.866), *Anselmo* (19.079), *Argemiro* (6.741), *Ariberto* (612), *Arlindo* (66.669), *Armando* (53.520), *Armando* (8.375), *Arminio* (353), *Arnaldo*

(80.612), Astolfo (409), Astrogildo (2.518), Atanagildo (440), Ataulfo (88), Austregesilo (91).

(7) Adalgisa (9.541), Adalzira (497), Adelaide (31.777), Adélia (36.789), Afonsa (400), Alaíde (41.477), Alberta (1.058), Alda (32.789), Arlete (59.608), Astrid (737).

Como bem se pode observar, os nomes masculinos são muito mais frequentes que os femininos, considerando a origem germânica.

Para além desses exemplos, cumpre-nos trazer aqueles nomes que figuram entre os 100 mais populares no Brasil, segundo o IBGE:

(8) Carlos (1.483.121 / 5<sup>o</sup>), Eduardo (628.539 / 17<sup>o</sup>), Fernando (551.776 / 24<sup>o</sup>), Geraldo (339.380 / 45<sup>o</sup>), Luiz (1.102.927 / 9<sup>o</sup>) / Luis (931.530 / 11<sup>o</sup>), Francisco (1.765.197 / 4<sup>o</sup>), Raimundo (611.174 / 19<sup>o</sup>), Ricardo (467.835 / 32<sup>o</sup>), Roberto (435.832 / 37<sup>o</sup>), Rodrigo (598.825 / 20<sup>o</sup>), Ronaldo (269.489 / 54<sup>o</sup>).

(9) Érica (231.088 / 64<sup>o</sup>), Fernanda (531.607 / 8<sup>o</sup>), Francisca (721.637 / 3<sup>o</sup>), Raimunda (295.061 / 45<sup>o</sup>).

Os prenomes de origem germânica, para além do intenso legado, terão um importante papel na construção da antroponímia brasileira, uma vez que acreditamos fortemente na influência do modelo de formação de nomes germânicos sobre a criação de novos nomes no Brasil, além do emprego de formativos tirados de nomes germânicos, como discutiremos mais adiante ao tratar dos brasileirismos.

## ELEMENTO HEBRAICO E ARAMAICO

A influência das línguas hebraica e aramaica na antroponímia da língua portuguesa está relacionada diretamente a difusão do cristianismo na Península Ibérica. Uma vez que os escritos bíblicos, sobretudo os do antigo testamento, têm forte enraizamento no judaísmo.

Durante três séculos, a igreja primitiva encontrou junto ao império romano um forte opositor. Desde Nero, passando por outros imperadores, Roma empreendeu ciclicamente perseguições aos cristãos. Somente em 311, quando a liberdade religiosa foi proclamada nos territórios do Império Romano é que se abriu espaço para uma maior estabilidade da prática religiosa baseada na fé cristã.

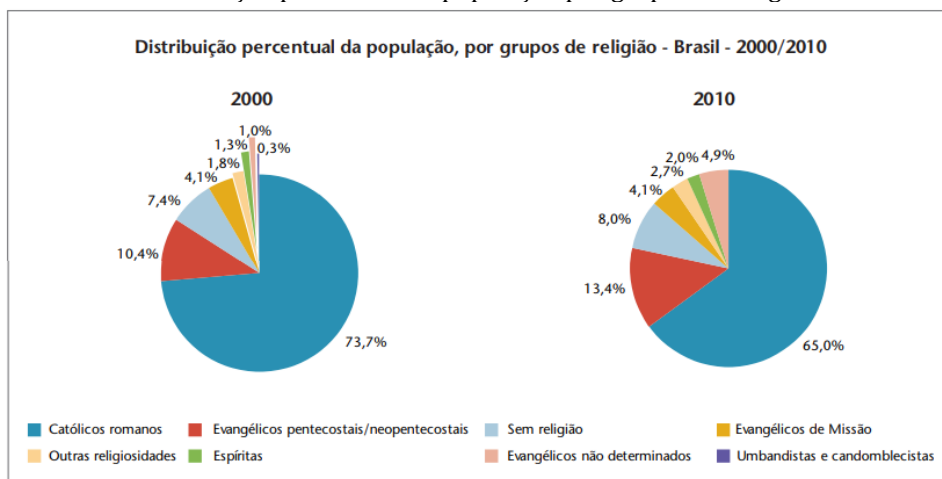
Contudo, não se pode dizer que a difusão do cristianismo na Península Ibérica, e no Império como um todo, tenha esperado até o século IV para acontecer. Historiadores admitem que, já no século II, a Hispânia estava relativamente

cristianizada. As primeiras documentações históricas referentes a cristãos na Península Ibérica dizem respeito às perseguições do imperador Décio, em 250, quando condenou os bispos de Leão-Astorga e Mérida. Segundo Silva (2011, p. 34) “Décio emitiu um decreto no qual obrigava a todos os cidadãos do Império Romano a efetuar sacrifício aos deuses tradicionais perante uma autoridade imperial, da qual receberia um certificado, o *libellus*”.

A força do cristianismo crescente ao longo da Idade Média, fez da Bíblia uma fonte de difusão dos nomes de origem hebraica e aramaica nela constantes, atuando sobre um sistema antroponímico já bastante modificado em relação ao sistema romano clássico. Segundo Carvalhinhos (2007, p. 7): “entre os séculos V e VIII, quando o cristianismo já mostrava sua força enquanto motivo para nomear, esse sistema do *triplex nomen* encontrava-se tão desorganizado quanto o poder romano na Península”.

No Brasil, segundo o censo 2010 do IBGE, as religiões ligadas à tradição judaico-cristã são praticadas por cerca de 87% da população, como se pode ver nos gráficos abaixo:

**Gráfico 1:** Distribuição percentual da população por grupos de religião



Fonte: Censo demográfico 2010, IBGE.

Esse número tem sido crescente em função da difusão do movimento neopentecostal no país, que tem afetado diretamente o sistema antroponímico no Brasil, uma vez que escolhas de prenomes com base na Bíblia aparentam estar em movimento ascendente.

Fato é que desde a Idade Média, no território português, o sistema antroponímico vem integrando de forma constante os chamados nomes Bíblicos. Sabemos que *Maria, Ana, José e João* são os nomes mais difundidos no Brasil e em Portugal, segundo os dados do IBGE, que abarca quase todo século XX, e segundo estudo de Ivo Castro (2004), sobre dados comparativos da lista telefônica de 2001 das cidades de Lisboa e São Paulo. Acerca desse estudo o autor afirma:

Estes dados não nos preparam para que os nomes que mais frequentemente precedem o apelido Silva sejam, no Brasil como em Portugal, os seguintes: *Maria, José, António, Manuel, João, Carlos, Luís, Ana, Francisco*, nomes provenientes do catálogo dos santos ou da narrativa evangélica, dispostos quase pela mesma ordem decrescente de frequência tanto em Lisboa como em São Paulo. (CASTRO, 2004, p.5)

Para exemplificar os nomes de origem hebraica em uso no Brasil, também utilizaremos como fonte os dados do IBGE, considerando os 100 prenomes mais populares no país, também os separando por gênero masculino e feminino:

(10) *Daniel (706.527/14º), Davi (254.088/59º), Elias (189.315/78º), Gabriel (922.744/12º), João (2.971.935/2º), José (5.732.508/1º), Manoel (590.924/21º)/ Manuel (253.031/60º), Mateus (583.692/22º)/ Matheus (347.734/43º), Miguel (239.636/64º), Rafael(814.709/13º), Samuel (291.057/53º), Tiago (492.149/30º)/ Thiago (341.645/44º).*

(11) *Ana (3.079.729/2º), Daniela (302.915/42º), Débora (312.839/37º), Gabriela (378.807/21º), Joana (268.576/52º), Maria (11.694.738/ 1º), Raquel (284.610/49º), Sara (233.349/61º).*

A influência do cristianismo sobre a antroponímia brasileira não se restringe a nomes de origem hebraica ou aramaica, como bem demonstra Leite de Vasconcelos:

Indirectamente Roma enviou-nos a maioria dos nossos nomes por intermédio da igreja [...]. Os nomes gregos, hebreus e outros de origem exótica, por exemplos, eslavicos (*Estanislau, Procópio, Venceslau, Nicolau*, em parte) vieram-nos igualmente pelo calendário cristão. (VASCONCELOS, 1928, p. 556)

Assim, é a partir da difusão do catolicismo que nomes de figuras católicas, como papas, bispos e santos, de étimos variados, entram de forma constante como motivação para nomeação na língua portuguesa. Um dos exemplos mais emblemáticos é o nome *Francisco*, cuja origem se filia a tradição antroponímica germânica, contudo, a sua difusão no português tem íntima relação com as figuras de dois santos, a saber: *São Francisco de Assis* e *São Francisco Xavier*. Ressaltemos que *Francisco* é o quarto nome mais popular entre os prenomes masculinos no Brasil.

Também conhecida como Invasão Muçulmana ou Conquista Árabe, a Invasão Islâmica da Península Ibérica consistiu em vários deslocamentos militares e populacionais árabes, iniciados em 711. Até aquele momento, parte considerável do território da península estava sob o domínio dos Visigodos. Com a morte do rei Vitiza, em 710, o governador muçulmano da África, Muça Ibne Noçair acabou por ser convidado a participar das lutas pela sucessão do trono visigodo. O reino, com sede em Toledo, sucumbiu na Batalha de Guadalete, quando tropas islâmicas, vindas do norte da África e comandadas pelo general Táriq, cruzaram o Estreito de Gibraltar, penetrando a Península Ibérica e derrotando o exército visigodo. Os muçulmanos foram estendendo suas conquistas na península, tornando-se senhores, pelos oito séculos seguintes, de parte do território ibérico, que ficou conhecido à época como *al-Andalus*. A reconquista, movimento de retomada dos territórios peninsulares pelos cristãos, terá início no século IX e só findará em 1492, quando os reis católicos de Castela, Fernando e Isabel, conseguem retomar Granada, último reduto sob domínio árabe.

No imaginário popular da Península Ibérica perdurou a ideia da figura do mouro como o outro, o estrangeiro, o invasor, aquele que representa tudo aquilo que é negado pela identidade da Ibéria católica (PAULA, 2011). Leite de Vasconcellos, um porta-voz desse ideário, irá renegar qualquer ligação genealógica entre muçulmanos e portugueses ao dizer que os árabes “não são nossos antepassados, eram estrangeiros de sangue e domicílio” (VASCONCELLOS, 1928, p. 387). Em *Etnografia Portuguesa* o autor dedicará um capítulo às invasões árabes e à reconquista, nesse estudo, opina que “nada mais hoje resta deles [árabes] do que a lembrança meio histórica, meio lendária da sua permanência entre nós [portugueses]” (VASCONCELLOS, 1982, p. 350).

Mattos e Silva vai contradizer essa visão ao afirmar que:

Devido não só à longa permanência islâmica na Península Ibérica, mas, certamente, também ao refinamento cultural dos muçulmanos em relação aos hispano-godo-cristãos, marcos culturais indelévels permaneceram, na Península, decorrente desse período de contato sociocultural, aí incluído o lingüístico. (MATTOS e SILVA, 2009, p.6)

Em termos científicos, é patente o equívoco da postura de negação da influência árabe na Península Ibérica, uma vez que a construção de um pensamento acerca da história da cultura e das línguas peninsulares não pode partir do apagamento das evidentes contribuições advindas do contato com o mundo árabe, via invasão. Para além dos avanços na medicina, nas navegações, na matemática, na arquitetura e nas artes, a invasão moura trouxe para a Península Ibérica aquilo que Piel denominou de “aluvião lexical árabe”:

Entre os elementos que, nas épocas obscuras em que se foi constituindo o Idioma, vieram avolumar o património vocabular latino, não há nenhuns que, quantitativa e qualitativamente, se possam comparar com aqueles, cuja aceitação se deve ao convívio e relações culturais das populações hispânicas com as muçulmanas (PIEL, 1989 [1976], p. 4).

Quando tratamos do léxico comum, é geral a compreensão de que, para além dos elementos provenientes das línguas latina e grega, são os termos de origem árabe os mais abundantes em português.

No léxico onomástico predominam as contribuições para a toponímia portuguesa, como bem ressalta Mattos e Silva:

Como seria de esperar, a Onomástica, sobretudo a toponímia da Península, está profundamente marcada pela presença árabe. Alguns topônimos provêm de nomes comuns, como: ALDEIA, ATALAIA, ALBUFEIRA, ALCOR, ALCÂNTARA, ALMADÉM; outros são de carácter descritivo, como ALHAMBRA ‘a vermelha’, ALCALÁ ‘o castelo’, GUALDAQUIVIR ‘rio grande’, ALGARVE ‘o poente’ etc. (MATTOS e SILVA, 2009, p.7)

No cenário onomástico pessoal o quadro já não é tão promissor, pois, como bem diz Mattos e Silva (2009, p. 7): “Quanto aos antropônimos, já vimos que a Reconquista cristã privilegiou a antroponímia de origem germânica”. Isso se deveu, muito provavelmente, como afirmam Piel (1989 [1960]) e Mattos e Silva (2009), ao sentimento de solidariedade política que se desenvolveu entre a população hispano-goda-cristã frente à ameaça invasora árabe/islâmica, o que garantiu à antroponímia germânica o privilégio de sobreviver até os dias atuais como uma das mais relevantes no onomástico pessoal brasileiro.

Segundo Barros (2008), o estudo da onomástica dos mudéjares (muçulmanos ibéricos que permaneceram em território conquistado pelos cristãos) é ainda incipiente, haja vista os vários níveis de complexidade inerentes à própria temática. A questão das fontes arquivísticas é um dos mais importantes empecilhos, uma vez que a sua produção, “majoritariamente cristã, necessariamente transmite uma visão de exterioridade face aos indivíduos nomeados.” (BARROS, 2008, p. 309).

Acerca dos usos de sobrenomes/apelidos entre a população moura na Península Ibérica, a supracitada autora nos confere os seguintes dados:

De facto, a onomástica árabe-islâmica estrutura-se em função de um conjunto variado de elementos: o *ism* ou *ism* *alam*, nome próprio recebido à nascença; o *nasab*, cadeia genealógica, introduzida por *ibn* (no caso masculino) e *bint* (no feminino); a *kunya*, elemento composto com *Abū*, no caso dos homens e



de *Umm* no das mulheres (com o significado de “pai de” e “mãe de”, mas também de “possuidor/a de”); o *laqab*, sobrenome que pode envolver referentes vários (nomeadamente a profissão, o cargo, peculiaridades físicas ou morais), geralmente complementado pelo nome de relação, expresso por um adjectivo, a *nīsba*, que marca o vínculo da personagem mormente a um lugar ou a uma tribo. (BARROS, 2008, p. 320)

Em relação aos prenomes, Barros trará, em um estudo acerca de documentação produzida no território português, entre os sécs. XIII e XV, um conjunto de exemplos que retratam um aportuguesamento dos nomes próprios árabe-islâmicos, por exemplo, os registros demonstram que *Muhammad* transmutou-se em *Mafamede*, *Yūsuf* em *Jufez*, *Ibrāhīm* em *Brafeme*, “numa espécie de travestismo que remete para um efectivo aportuguesamento linguístico dos nomes, traduzindo [...] uma efectiva substituição da matriz cultural do grupo.” (BARROS, 2008, p.322).

Esses registros de aportuguesamento dos nomes árabes no português europeu medieval demonstram que esses elementos não persistiram em nosso sistema antroponímico. Além dos exemplos citados acima, é possível encontrar registros de outros nomes árabes documentados em Portugal, por exemplo: *Abarrada*, *Adela*, *Aly*, *Ayxa*, *Azmede*, *Focem*, *Hasab*, *Ibrahim*.

Sobre os registros desses nomes no Brasil, vale destacar *Ali*, cujos primeiros registros, segundo o IBGE, apontam para antes de 1930, com um total de 1.767 indivíduos até 2010, sendo o ápice de popularidade na década de 2000. Também é possível encontrar as variantes *Ayxa*, com apenas 24 registros, *Aixa*, como 101 registros todos datados da década de 2000 e *Aicha*, com 366 registros, datados entre as décadas de 1990 e 2000. Essas datações desvinculam a origem desses nomes à presença moura na Península Ibérica. Por fim, encontramos *Ibrahim*, com 521 registros, datados desde antes de 1930 e com ápice de popularidade na década de 1960.

Muitos prenomes de origem árabe entram no Brasil através da imigração síria, libanesa, palestina e iraquiana que se inicia em fins do século XIX e se intensifica nas primeiras décadas do século XX. Sobre esses nomes traremos maiores informações na seção dedicada à imigração no Brasil.

## PERÍODO ARCAICO

Em face do exposto acima, concluímos, com Soledade (2012), que a antroponímia portuguesa que se forma até o período arcaico tem, essencialmente, elementos das línguas até aqui retratadas, como demonstra o estudo acerca de um *corpus* constituído por 1.337 ocorrências de prenomes coletadas em 162 documentos notariais editados por Ana Maria Martins<sup>12</sup> - sendo 50 documentos do século XIII, 50 do século XIV, 43 do século XV e 19 do século XVI.

Nesses dados se revelou um grande número de homonímias, contabilizando apenas 103 nomes distintos, dos quais 25 nomes foram identificados como de origem germânica (dentre eles: *Aldonça, Bernaldo, Elvira, Fernam, Francisco, Giraldo, Guilhem, Reinaldo, Rodrigo*) e 60 nomes de origem greco-latina e hebraica (dentre eles: *Clara, Clemente, Fillipe, Johannes, Marcos, Maria, Matheus, Miguel, Pedro, Sebastiam, Simão, Tereza, Tomé*). Vale ressaltar que a predominância dos nomes da tradição cristã é ainda mais significativa se considerarmos o número de ocorrências com as homonímias; por exemplo, foram encontradas 189 ocorrências de *João*, 237 de *Pedro ~ Pero* e 45 ocorrências de *Maria*<sup>13</sup>.

## ELEMENTO INDÍGENA

A partir da chegada dos portugueses, holandeses, franceses e espanhóis em solo brasileiro haverá de se considerar que a antroponímia europeia, sobretudo de fonte lusa, entrará no cenário do Brasil colônia. O contato que se dará entre a civilização europeia e a civilização autóctone gerará um complexo cenário linguístico, que terá matizes muito diferentes considerando os fatores diatópicos, diastráticos e diacrônicos, ou seja, a realidade da experiência linguística no Brasil seria um mosaico em que incidem tanto fatores geográficos, sociais, quanto cronológicos. Acerca desse aspecto, Dick nos dirá:

O PE [português europeu], ao entrar em contato, no país, com tantas coisas novas, como diz Silva Neto, conservou os princípios fundamentais da língua estabelecida na origem, desde a formação do galaico-português, que continua sua trajetória nos textos escritos que aqui continuavam a ser produzidos, e no ensino oficial, nas escolas de “ler e contar”, organizadas pelos inicianos. O PE, porém, na América, inovou-se na mobilidade lexical, à medida que a conquista da terra dependia também da fixação da língua transplantada, nos objetos de troca, nos valores espirituais, nas situações dialógicas quotidianas. Estabeleceram-se, assim, através da linguagem, contatos efetivos entre os habitantes e os outros, fossem portugueses, estes, principalmente, ou franceses, espanhóis ou holandeses. Instalava-se, assim, paulatinamente, o sistema bilingüe na colônia, embora cada um dos grupos em presença continuasse monolingüe em suas relações internas. Na prática, no início, tratava-se de um bilingüismo assimétrico de uns e não de todos. As raízes psicológicas de cada grupo, índios e não-índios, forçando a manutenção de suas crenças e mitos, certamente dificultavam a assimilação espontânea de cada uma das linguagens, não permitindo ainda que se falasse em um bilingüismo simétrico, o que é natural. (DICK, 2002, p. 133-134)

O léxico no Brasil, para além de receber os influxos da contribuição europeia, majoritariamente portuguesa, que irá ser difundida com maior intensidade a partir do século XVIII<sup>14</sup>, será influenciado pelos chamados tupinismos<sup>15</sup>.

Viaro (2004) ao tratar da influência ameríndia no léxico brasileiro traz relevante informação acerca das línguas e de suas filiações à chamada família de línguas tupi:

O tupi [língua], no entanto, faz parte da família tupi, que costuma se dividir em tronco tupi-guarani (que comporta várias línguas, desde os mbiá no Rio Grande do Sul até os wayãpi do Amapá) e os grupos tupi-não-guarani, a maioria de Mato Grosso e da Região Norte: karitiana, juruna, monde, mundurucu, ramarama, tupari, aweté, puruborá e sateré-mawe. Além da família tupi há outras, cuja influência no léxico do português ainda não foi suficientemente estudada [...]. (VIARO, 2004, p. 282).

A toponímia brasileira é constituída de uma forte influência das línguas nativas, processo natural em situações de contato, quando as línguas autóctones costumam prevalecer sobre as línguas dos invasores no que se refere à designação de lugares, bem como de elementos da fauna e flora nativas. Já no caso da antroponímia, podemos verificar que os nomes de origem tupi que se integraram pacificamente ao léxico do português brasileiro não são abundantes.

Esse estado da questão se deve a alguns fatores. Primeiramente, a massiva dizimação da população indígena, uma vez que a colonização portuguesa foi marcada, predominantemente, pelo extermínio e pela expulsão dos povos indígenas para o interior do território brasileiro. “O Brasil tem hoje uma população de 270.000 índios, remanescentes de uma população que pode ter sido de 6 a 10 milhões! Este contingente está distribuído entre mais ou menos 200 povos que falam cerca de 180 línguas”. (TEIXEIRA, 2004, p. 296 *apud* NOBRE, 2011, p. 15).

Segundo, o empenho no processo de catequização, que, sobretudo no período colonial, agiu como uma força em contradição aos esforços das populações indígenas em tentar manter e preservar suas culturas (Pinheiro, 2010). Incluído nesse processo está a prática do batismo, que, assim como atingiu os indivíduos africanos escravizados, também veio a intervir no processo de nomeação dos índios catequizados, que recebiam através do rito católico, novos nomes da tradição lusitana, em sua grande maioria, ligados à religião.

Rodrigo Bonciane (2017) afirma que apagar os nomes indígenas era um processo que visava despersonalizar ou dessocializar o indivíduo para sua inserção como escravo ou subordinado na sociedade colonial. No entanto, muitos desses índios, assim como os escravos vindos de África, preservavam seus nomes no cotidiano no trato com seus pares, contudo, se apropriavam dos nomes cristãos com finalidades distintas. Bonciane ainda relata que, entre os séculos XVI e XVII, líderes religiosos guarani praticavam um ritual chamado de *desbatismo*, que tinha como função remover os nomes cristãos atribuídos pelos padres jesuítas a indígenas aldeados.

Em face desses processos de mitigação da cultura ameríndia, a subsistência de nomes de origem tupi no léxico onomástico do português brasileiro vem demarcar um movimento de resistência daqueles que têm sido massacrados por mais de 500 anos. Isso, contudo, não quer dizer que os prenomes indígenas em uso no Brasil hoje demarquem alguma relação de etnia, muitos desses nomes se

tornaram tão populares entre os brasileiros que praticamente perderam a sua relação com a identidade indígena. Alguns desses nomes podem ser vistos na relação abaixo, separados em femininos e masculinos:

(12) *Abaeté* (39), *Araci* (17.470), *Iara* (94.418)/*Yara* (25.863), *Irani* (35.651) *Jaci* (13.309), *Jaciara* (29.847), *Jandira* (56.747), *Juraci* (30.030), *Jurema* (28.567), *Jussara* (68.658), *Maiara* (112.094), *Moema* (2.653), *Potira* (333), *Tainá* (127.631), *Thaynara* (94.927).

(13) *Cauã* (84.584), *Cauê* (26.306), *Coaraci* (73), *Ivair* (8.986), *Juraci* (24.957)<sup>16</sup>, *Moacir* (79.629), *Raoni* (2.912), *Rudá* (418), *Tupã* (40), *Ubirajara* (14.446), *Ubiratan* (10.591).

Para além desses nomes, é preciso que se estude a antroponímia indígena em uso nas comunidades e aldeias, espalhadas pelo país, as quais mantiveram ou recuperaram suas antigas práticas de nomeação. Partindo das reflexões de Sposito (2012) acerca do papel dos indígenas na construção do Estado nacional brasileiro, concluímos que o estudo da antroponímia nativa no Brasil precisa em primeiro lugar partir de um lugar em que não se considere o índio como uma categoria genérica, considerando as suas diferenças étnicas e culturais e em segundo, entender, no contexto da colonização, como se deram as práticas de nomeação em termos de resistência e afirmação das comunidades indígenas frente à imposição e à aculturação pretendidas pela administração portuguesa.

#### ELEMENTO AFRICANO

É certo que o léxico comum do português brasileiro recebeu inúmeras contribuições das línguas africanas que migraram para o país via processo de aprisionamento e escravização de negros provenientes de diferentes nações de África. Essa contribuição afetará muitos dos campos de conhecimento dentro da cultura brasileira, desde partes do corpo (*bunda*), música (*samba*), culinária (*moqueca*), religiosidade (*orixá*), até sentimentos (*banzo*) e gestos (*cafuné*), entre outros.

Acerca da historiografia da escravidão no Brasil, com base em Mattos e Silva (2004) e Petter (2006), podemos falar de três momentos, ou melhor, três ciclos: o ciclo de Guiné, no século XVI, que teve predominância sudanesa; o ciclo de Congo-Angola, no século XVIII, com predominância bantu e o terceiro ciclo de predominância também sudanesa. “Petter (2006) estima que, ao total, chegaram ao Brasil entre 200 e 300 línguas africanas de diferentes troncos, mas há presença maciça de línguas de origem bantu, fatos que se revelam no léxico, na integração morfológica e, a saber, na sintaxe” (MORAES E SIMÕES NETO, 2019, p.5).

Se por um lado essas línguas que circularam no Brasil desde o início da escravidão até o seu fim no século XIX, foram capazes de intervir na formação do arcabouço lexical comum, por outro lado, para a antroponímia, só podemos falar

em vazio, apagamento e desprestígio. Essa ausência de prenomes de origem africana no léxico onomástico personativo no Brasil tem, por um viés, raízes fincadas na história da escravidão e, por outro, alicerces bem construídos em cima de um racismo estrutural amplamente estabelecido no Brasil.

Acerca do apagamento dos nomes africanos no processo de escravização, sabemos que esse processo se deu de forma bastante ampla e geral, como forma não só de empreender a submissão cultural e o apagamento das identidades subjetivas, mas também como veículo da cristianização desses indivíduos. Jean Hébrard em reconstituição do processo de identificação dos negros escravizados irá nos relatar que:

É, então, na passagem pela alfândega que todos esses controles são efetivamente exercidos. [...]. No dia aprazado, todos os funcionários indicados pelo governador chegam à ilha. Há um magistrado, o *ouvidor*, que age na qualidade de inspetor do Tesouro, um escrivão e o tesoureiro encarregado de cobrar as taxas. Eles registram mercadorias, não homens ou mulheres, e suas estratégias escriturárias são progressivamente adaptadas às exigências de um mercado que funciona a pleno vapor. Essencialmente, apenas se inscrevem nos registros as categorias das mercadorias e as quantidades. Seria muito demorado fazer controles da identidade aos quais os escravos não se prestariam obrigatoriamente, controles que se baseariam em denominações que a multiplicidade de línguas envolvidas tornaria pouco precisos. Além disso, as relações contratuais que se estabelecem nessa ocasião concernem a sujeitos jurídicos – os proprietários, o Estado – e não aos escravos, tornados objetos do contrato. Os registros portarão, então, os nomes dos comerciantes face às quantidades de mercadorias envolvidas. E essas últimas serão identificadas não por um nome, mas por suas características físicas (sexo, idade aproximada, defeitos físicos ou ferimentos, marcas a ferro). Os traços distintivos retidos têm em comum sua imediata visibilidade. Trata-se de fato de poder efetuar um controle de estoque à vista, sem ter de providenciar a identidade de homens ou mulheres sobre os quais não há mais preocupação em saber quem são. (HÉBRARD, 2003, p.6)

Esse tratamento dos escravos como uma massa uniforme, desprovidos de identidade, portanto, coisificados, sofrerá certa alteração por intervenção do Estado e Igreja Católica. Se, de uma parte, havia o interesse da Coroa Portuguesa em exercer maior controle escriturário das cargas humanas, por outra, a Igreja passou a exigir a realização dos ritos religiosos relacionados ao batismo, com interesse em congregar fiéis. Acerca desses dois aspectos, Hébrard amplia sua reflexão:

[...] o que muda fundamentalmente, neste caso, é a implicação do Estado colonial no processo. O Estado português perseguiu fins específicos: aprovisionar suas colônias do além-Atlântico de mão-

de-obra, utilizar o tráfico para aumentar suas entradas fiscais, negociar com a Igreja a legitimidade da escravidão, tornando-se o sustentáculo da missão de cristianização das terras africanas. Implicando-se, o Estado traz seus métodos, seu uso das escrituras e sua burocracia. Desde então, o escravo, ao partir da África, não é mais precisamente um simples investimento suscetível de produzir ganhos financeiros dos quais é suficiente manter a contabilidade; ele é também o objeto de um controle burocrático e, neste sentido, entra em escrituras que são de ordem distinta da dos livros de tráfico ou dos livros de bordo dos armadores independentes. (HÉBRARD, 2003, p. 6).

Os bispos das colônias portuguesas Além-Atlântico reformularão seus próprios regulamentos, como o direito canônico os autoriza. Para os territórios do Brasil, as *Constituições* estabelecidas quando do Sínodo da Bahia em 1707 serão válidas até o fim do século XIX. Elas não se esquecem de regular com minúcia a questão do batismo dos escravos. No entanto, elas são negligenciadas com regularidade e essa situação requer repetidas intervenções do poder, combinadas com a ameaça de multa pelos contraventores. (HÉBRARD, 2003, p. 20).

Entre a identificação dos negros escravizados a partir de características físicas e números, passando pelo batismo de ferro fundido até chegar à atribuição de simples prenomes da tradição antroponímica lusitana, temos o contexto histórico em que se deu o apagamento dos nomes de origem africana no Brasil.

Ainda com Hébrard, podemos encontrar alguns poucos registros de nomes de origem africana em algumas listas nominais de escravos remanescentes em arquivos africanos<sup>17</sup>, que fazem parte de inventários das capturas efetuadas em vilas africanas, nas quais homens, mulheres e crianças foram designados por seus nomes originais.

Mesmo se alguns desses cativos já pudessem ter sido convertidos ao cristianismo, são apenas os nomes africanos que aparecem nas listas (*Sunba, Cabeto, Camumo* etc., para os homens, *Quepigi, Calhoca, Quicoco* etc., para as mulheres). Naturalmente eles são transcritos na ortografia portuguesa. São esses nomes de antes da escravidão que as etapas seguintes do processo apagarão definitivamente (HÉBRARD, 2000, p. 10).

Fato é que a antroponímia de base africana foi praticamente extinta, ainda que houvesse tido condições para circular no território brasileiro em certos espaços de convívio da comunidade negra. Como afirma Bonciane (2017), na colonização europeia das Américas, apagar o nome do africano ou do indígena era parte do próprio processo de dominação, buscava-se assim despessoalizar o indivíduo, no entanto, como dito acerca dos indígenas, muitos deles preservavam seus nomes no cotidiano, principalmente no relacionamento entre seus pares. Contudo, registros desse processo são difíceis de serem encontrados em documentação remanescente.

João José Reis (2003) a propósito da utilização de nomes próprios pelos negros, escravos ou libertos, presos quando da revolta dos Malês, em Salvador, no ano de 1835, testemunha um dos poucos documentos oficiais em que se registram nomes africanos ao lado de nomes cristãos para os mesmo indivíduos: *Ajadi* por *Luís*, *Ajahi* por *Jorge*, *Alei* por *João*, *Aliara* por *José* ou *Alade* por *Joaquim*, nesse contexto se revela que a questão da identidade do negro no Brasil se instaurava entre autodenominação e a denominação alheia.

Acerca do racismo estrutural, vale dizer que desde fins do século XX e início do século XXI, com o incremento das políticas afirmativas para as minorias brasileiras e com os avanços das lutas institucionais dos movimentos afro-brasileiros contra o racismo, a população afrodescendente vem buscando meios de incorporar nomes de origem africana ao léxico antroponímico do português brasileiro. Contudo, esse movimento encontra resistência, como bem demonstra casos registrados por notícias jornalísticas, como o do compositor, arte-educador e poeta baiano Guellwaar Adún que enfrentou dificuldades para registrar sua primeira filha com o nome *Kemi* e quatro anos depois sua outra filha com o nome *Ominirê*, ambos de origem africana (Jornal ATARDE, 13/07/2014). O pai relatou inúmeros constrangimentos ao ter que se deslocar por vários cartórios e ter de ouvir sugestão de que optasse por nomes mais comuns. Outra notícia dá conta da jornada de Cizinho Afreeka e Juliana de Paula, que, no Rio de Janeiro, tiveram que entrar na justiça para poderem registrar sua filha com o nome de *Makeda Foluke* (Jornal R7, 23/03/2016).

Nesses casos exemplificativos, o racismo estrutural se revela de forma clara, uma vez que, no Brasil, o registro de nomes de origem estrangeira (norte-americana, sobretudo), bem como a criação de nomes no próprio vernáculo impõem ao léxico onomástico pessoal brasileiro uma série de nomes bem pouco usuais, é possível por exemplo, encontrar pessoas registradas com prenomes como: *Rihana* (294), *Magayver* (109), *EE* (21), *Gersivânia* (35), *Corienthienzo* (1), *Kildson* (54), e *Rodisney* (1). Diante desses exemplos, só podemos compreender que as tentativas de interdição aos usos de nomes africanos em registros brasileiros recentes se dão no contexto do que se entende como racismo estrutural, definido por Almeida (2018), como um conjunto de fundamentos estruturadores das relações sociais que partem da concepção da raça negra como inferior, interdita nos espaços legitimados aos brancos.

Assim, diante desse cenário, que remonta a todo um processo de formação da nossa história e dos nossos valores culturais, são poucos os prenomes de origem africana que ultrapassaram essas duas barreiras:

(14) *Caçula* (49 m.) *Dandara* (11.705 f.), *Jabá* (22 m.), *Núbia* (48.672 f.), *Kênia* (22.543 f.), *Quênia* (2.889 f.), *Iemanjá* (29 f.).

Integram a formação do léxico antroponímico do português brasileiro elementos oriundos do contato linguístico via imigração. Esses contatos remontam, principalmente, ao período que vai de 1870 a 1930, quando imigrantes de além-mar foram atraídos para o Brasil com o objetivo de promover uma colonização agrícola, bem como a defesa e o povoamento de territórios no interior do país, além, é claro, da intenção de promover o embranquecimento da população, a partir das teses eugenistas que tiveram lugar na segunda metade do século XIX.

Estima-se, segundo Patarra e Fernandes (2011, p. 69) que cerca de 40 milhões de pessoas tenham migrado do Velho Mundo para o Novo Mundo entre fins do século XIX e início do XX. No Brasil, os números segundo dados do IBGE são os seguintes:

Quadro 1 – Entrada de imigrantes no Brasil (1884-1945)

período	nº de imigrantes
1884-1888	277.950
1889-1900	1.301.281
1901-1910	671.351
1911-1920	797.744
1921-1930	840.215
1931-1940	288.607
1941-1945	18.430
<b>total</b>	<b>4.195.578</b>

Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil, 1951 *apud* SAKURAI, 2000, p.17

Para falar das contribuições das línguas dos imigrantes na antroponímia brasileira selecionamos as cinco matrizes que consideramos mais relevantes: a italiana, a alemã, a japonesa, a sírio-libanesa e a espanhola.

#### ITALIANOS

A partir dos anos 80 do século XIX, e depois, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial até a década de 1920, uma torrente de imigrantes italianos se estabeleceu no sul e sudeste do Brasil. Assim o léxico do português brasileiro foi enriquecido com muitas palavras oriundas da cultura italiana, como *macarrão*, *mortadela*, *poltrona*, *pizza*, *risoto*, *pastel*, entre outras.

Ao comparar a migração italiana no Brasil, Argentina e Estados Unidos da América, Klint (1989) nos dará o seguinte depoimento:

No caso do Brasil, os imigrantes italianos anteriormente a 1920 tiveram o mesmo papel predominante que na Argentina,



figurando entre os grupos de imigração que chegaram mais cedo e sendo certamente o maior deles, respondendo em 1920 por 36% da totalidade de nascidos no exterior. Porém, dado o tamanho da população nascida no país, seu peso na população nacional total era próximo ao da experiência norte-americana, constituindo apenas 1,8% da população nacional total. Contudo, este dado geral é enganador, porque, assim como os imigrantes destinados à Argentina, aqueles que foram para o Brasil concentraram-se nas regiões mais avançadas e dinâmicas do país. No Brasil eles se estabeleceram principalmente nos estados centrais e meridionais de crescimento mais acelerado, mas antes de tudo em São Paulo. Em 1920 aproximadamente 70% dos italianos residiam neste estado e representavam 9% da sua população total. (KLINT, 1989, p. 101)

A imigração italiana no Brasil talvez seja a mais estudada por historiadores e no caso da antroponímia há fontes bastante interessantes como listas de passageiros imigrantes, lista de imigrantes mortos em naufrágios, relação de emigrantes para o Brasil a partir de dados de províncias italianas, entre outros. Com esses dados é possível verificar, com base em informações mais precisas um conjunto de contribuições que a língua italiana integrou ao léxico antroponímico no Brasil.

(15) *Alessandro (148.702 m.), Andreia (290.970/46<sup>o</sup> f.), Antonela (1.497 f.), Bianca (232.855/62<sup>o</sup> f.), Dante (4.339 m.), Enrico (3.851 m.), Enzo (46.850 m.)<sup>18</sup>, Fabrízio (1.668 m.), Giacomo (764 m.), Giovane (25.898 m.), Giovana (106.738 f.), Giulia (18.679 f.), Guido (6.947 m.), Kiara (4.794 f.)/Chiara (1.347 f.), Luca (10.849 m.), Luigi (5.288 m.), Paola (50.322 f.), Pietro (22.159 m.), Vincenzo (801 m.).*

Muitos dos nomes aos quais atribuímos, aqui, uma origem italiana, fruto do contato via imigração, têm seu étimo no próprio latim, no grego ou em outras línguas europeias, contudo, possuem uma feição fonológica que se lhe confere a transmissão direta da língua italiana à língua portuguesa no Brasil.

## ALEMÃES

Segundo Seyferth (1993) a imigração alemã se inicia na década de 1820 quando foram fundadas quatro colônias no sul e sudeste do país, porém, apenas a colônia fundada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, tornou-se um empreendimento bem sucedido.

Os números para essa primeira fase de colonização alemã são pouco expressivos: entraram no Brasil pouco mais de 6 mil imigrantes procedentes de estados alemães, sobretudo da Prússia.

A imigração alemã foi retomada após 1845, tendo em vista os interesses da política de colonização do Império, que podem ser constatados em vários relatórios e obras publicadas por diplomatas, conselheiros e técnicos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: os alemães eram considerados bons agricultores, imigrantes ideais para povoar vazios demográficos no regime da pequena propriedade; por outro lado, os estados alemães, principalmente a Prússia, eram vistos como países de emigração, e acreditava-se que parte do fluxo dirigido para os Estados Unidos da América poderia ser desviado para o Brasil, caso fossem tomadas medidas adequadas. (SEYFERTH, 1993, p.1)

Embora centralizada no sul do país, a imigração alemã tratou de trazer novo incremento ao léxico do português. No léxico antroponímico a imigração alemã, não só reforçará a influência germânica que já se difundia pelo território nacional, através da antroponímia herdada pela colonização portuguesa, bem como trará novos elementos:

(16) *Evelise (2.632 f.)<sup>19</sup>, Greta (312 f.), Gunter (439 m.), Heidi (823 f.), Heinz (831 m.), Fritz (317 m.), Klaus (2.255 m.)*.

## JAPONESES

Segundo Sakurai (2000) dentre os quase 5 milhões de imigrantes que o Brasil recebeu ao longo de sua história, estão entre os mais numerosos os de origem japonesa. Considerando a história da imigração nipônica no território brasileiro, a autora fornece os seguintes dados:

Quadro 2 - imigração japonesa no Brasil

período	números	%
<b>1908- 1923</b>	31.414	13.4%
<b>1924-1941</b>	137.572	67.1%
<b>1952-1963</b>	45.650	19.5%
<b>total</b>	234.636	100.0%

Fonte: Suzuki, 1969, p. 16 *apud* Sakurai, 2000, p. 52.

Os estados brasileiros com maior densidade demográfica de imigrantes japoneses, segundo o IBGE<sup>20</sup>, são: São Paulo, Paraná, Bahia e Minas Gerais. A distribuição desses estados por regiões do país (sudeste, sul e nordeste) nos dão a dimensão de quão profunda é a inserção do elemento japonês na cultura brasileira.

Como demonstrado por Nabão (2007), em estudo de natureza etnográfica sobre os nomes de pessoas nipo-brasileiras das gerações *issei*, *nissei* e *sensei*

(primeira, segunda e terceira gerações), mesmo os imigrantes nascidos no Japão (*isseis*) tiveram que optar pela adoção de nomes da tradição brasileira, uma vez que encontravam dificuldades de identificação através de seus nomes nativos. Por sua vez, além do fator anteriormente citado, as gerações subseqüentes encontraram empecilhos para o registro de nomes estrangeiros em cartórios brasileiros, fazendo com que se optasse por prenomes tradicionalmente difundidos no Brasil, com uso de um segundo nome ou de um sobrenome de origem japonesa.

Isso explica o número reduzido de prenomes da tradição japonesa em termos de difusão numérica no país, aliado ao fato de que os nomes japoneses permaneceram intimamente relacionados à identidade étnica, sendo raros os casos de indivíduos sem relação de ascendência que optem por atribuir a seus filhos nomes dessa origem.

Alguns antropônimos que encontram registro no Brasil e cuja origem aponta para a imigração japonesa são:

(17) *Akemi (959 f.)*, *Akira (1.154 m.)*, *Hiroshi (1.240 m.)*, *Ishiro (20 m.)*, *Mayuri (85 f.)*, *Mayumi (857 f.)*, *Naomi (1.707 f.)*, *Saori (141 f.)*, *Sato (53 m.)*, *Shin (71 m.)*, *Takashi (766 m.)*, *Takeshi (550 m.)*, *Yumi (622 f.)*.

#### SÍRIO-LIBANESES

No século XIX, por volta de 1860, teve início no Brasil a imigração proveniente do mundo árabe. Sabe-se que o Imperador Dom Pedro II, ao viajar ao Líbano, ofereceu estímulos para a imigração de libaneses, associado a esse estímulo, entra no cenário o fato de que Líbano e a Síria tinham sido atacados e dominados pela Turquia, fazendo com que muitos sírio-libaneses almejassem sair de seus territórios. Estima-se, assim, que até 1930, cerca de 100.000 árabes<sup>21</sup> tenham ingressado no Brasil.

Das últimas duas décadas do século XIX aos anos 1920, um número crescente de sírios, em sua maioria cristãos provenientes da Síria!, chegaram ao Brasil e aos Estados Unidos, incentivados sobretudo por pressões demográficas e econômicas em sua terra de origem, bem como por relatos de imigrantes bem-sucedidos que a ela retornavam (Mostyn, 1988; Hirti, 1951 e 1967; Sawaie, 1985; Hourani e Shehadi, 1992; Knowlton, 1960; Truzzi, 1997). Nas Américas (do Norte e do Sul), as afinidades culturais, a identidade e o ajustamento desse imigrante às sociedades receptoras estiveram sempre muito influenciados por sua origem, traduzida em religião, local de nascimento, ocupação e laços familiares. Uma vez que a maior parte dos imigrantes veio com o propósito de permanecer temporariamente, acumular algum capital e retornar, muitos deles iniciaram suas atividades

econômicas na nova terra como mascates (Naff, 1985; Truzzi, 1992). De fato, a mascateação, usualmente apoiada por redes familiares e de conterrâneos, foi vista como capaz de propiciar um rápido retorno econômico. (TRUZZI, 2001, p. 110-111)

A primeira grande leva de libaneses cristãos, fugindo do Império Otomano, chegou ao Brasil em 1880. Segundo dados do Senado brasileiro, hoje a comunidade libanesa que vive no país, formada em sua maioria por descendentes, é maior do que a população do Líbano. São quase 10 milhões de libaneses e descendentes em território brasileiro, contra 3,5 milhões que vivem no Líbano.

Tanto sírios como libaneses chegavam, ao Brasil, com o passaporte otomano, por isso que eram identificados como *turcos*, essa denominação ainda hoje é aplicada aos árabes e seus descendentes em partes do Brasil.

A influência na antroponímia brasileira, assim como ocorre com a japonesa, não teve grande expansão entre indivíduos sem relação de ascendência com a comunidade árabe, ficando mais restrita aos descendentes de sírio-libaneses, excetuando-se alguns prenomes destacados em negrito abaixo:

(18) *Adib (436 m.), Amim (233 m.), Aziz (356 m.), Faruk (91 m.), Iasmim (42.111), Issa (151 m.), Jamil (8.963 m.), Kaled (223 m.), Kalil (1.433 m.), Naim (563 m.), Omar (8.485 m.), Samir (8.535 m.), Samira (38.081 f.), Soraia (33.078 f.), Tamires (142.898 f.), Zaidir (23 f.)*

## ESPAANHÓIS

A imigração no Brasil tem como maior protótipo a imigração italiana, de onde se entende que todos os imigrantes vieram para substituir a força de trabalho escrava nas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, por isso, é comum concebermos o imigrante como categoria indiferenciada. Na verdade cada grupo teve uma inserção diferente na sociedade brasileira, desde os locais em que se estabeleceram, atravessando os papéis sociais que passaram a desempenhar, chegando até o grau de miscigenação com a população nacional.

Na sua maioria, os imigrantes espanhóis eram camponeses que chegaram ao Brasil com a família, imigrando em definitivo, indo diretamente para o interior, para as fazendas, na maioria realmente pobres, cuja viagem fora subvencionada pelo governo brasileiro. Além disso, em maior proporção foram para as zonas novas, onde as terras eram de menor qualidade ou menos férteis do que nas zonas mais antigas, as do chamado "oeste velho". E eram menores as oportunidades de ascensão, do café. Em outros termos, o imigrante espanhol chegou ao Brasil numa época de poucas oportunidades. (MARTINS, 1980, p.10)

Os galegos foram os primeiros espanhóis a chegarem ao Brasil, na década de 1880, e se fixaram principalmente em centros urbanos brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. No começo do século XX passaram a predominar os andaluzes, que acabaram por vir a substituir a força de trabalho italiana na agricultura cafeeira. Estima-se que, ao total, até então tenham entrado no Brasil mais de 700 mil espanhóis, ficando atrás apenas dos imigrantes italianos e portugueses.

O léxico do português e do espanhol compartilham, desde sua formação na Península Ibérica, imensas similaridades, no caso do léxico antroponímico, podemos identificar algumas contribuições tipicamente espanholas:

(19) *Anita (37.219 f.), Consuelo (5.400 f.), Diogo (155.247/93<sup>o</sup> m.), Guadalupe (723), Javier (853 m.)/Ravier (294 m.), Juan (45.290 m.)/Ruan (108.527 m.), Lola (437 f.), Perla (4.589 f.), Ximena (204 f.).*

#### ELEMENTOS FRANCESES

A influência da língua francesa no português remonta à época medieval, nas palavras de Piel “As influências lexicais do **francês**, avultadíssimas e constantes, acompanham, como os latinismos, toda a história do português, desde os primeiros contactos dinásticos, culturais e literários (séc. XII) até à época moderna” (PIEL, 1989 [1976], p. 13). Ao considerar o contato cultural na Idade Média, o autor irá se referir a uma influência francesa e provençal<sup>22</sup>.

No Brasil, a entrada dos chamados galicismos (itens lexicais tomados de empréstimo do francês) ganha grande impulso em 1816 com a chegada da Missão Cultural Francesa, mas mesmo antes encontravam espaço no território colonial brasileiro através da influência que pensadores como Montesquieu e Voltaire por meio dos ideais pombalinos de sociedade e cultura.

Tota, no trecho abaixo, nos dá um retrato de quão penetrante foi a presença da língua francesa no Brasil, pelo menos até o período posterior a segunda guerra mundial:

No Império, foram os militares brasileiros, frequentadores da Escola Politécnica de Paris, alunos de Augusto Comte, que trouxeram junto com as novas técnicas de guerra a doutrina positivista. Na virada do século XIX para o XX, surge uma “Belle Époque Tropical” (Needel, 1987). A influência francesa deu-se em todos os campos. Alberto Nepomuceno e Ernesto Nazaré na música, a área da cultura onde o “francesismo” foi mais popularmente aceito. A literatura teve o ponto alto com a fundação da Academia Brasileira de Letras, inspirada claramente no modelo francês. A fantasia de se viver numa espécie de Paris

animava os escritores que frequentavam as confeitarias e cafés da Rua do Ouvidor na capital do Império e depois da República (Needel, 1987, p. 189). Machado de Assis, por exemplo, aprendeu francês por intermédio de uma confeitaria francesa. A presença do galicismo na cultura brasileira adentra pelos anos 30 e 40. A Fundação da USP deu-se pela "segunda missão francesa", em 1934 [...]. Em junho de 1940, as senhoras da "boa sociedade" do Rio de Janeiro mandaram rezar uma missa na Candelária pela salvação da sua "amada Paris", quando os alemães já passeavam pelos boulevares da "cidade das luzes" (MacCann Jr., 1973, p. 190). No auge do processo de americanização do Brasil, Roosevelt encontrou-se com Getúlio Vargas na cidade de Natal, em janeiro de 1943. A conversa entre os dois foi feita em francês. (TOTA, 1993, p. 196)

Não escaparia, pois, a antroponímia brasileira das influências francesas. Em alguns casos, como os destacados abaixo em negrito, ocorreram adaptações desses nomes que ganharam uma feição mais afeita à língua portuguesa:

(20) *Charlotte* (226 f.), *Colete* (31 f.)/***Coleta*** (390 f.), *Dominique* (4.681 f.), *Etiene* (4.137 f.), *Francine* (23.564 f.), *Henri* (4.111 m.), *Jaques* (4.558 m.), *Juliete* (12.404 f.)/ ***Julieta*** (22.361 f.), *Lorraine* (17.862 f.), *Marjorie* (4.033 f.), *Michel* (78.253 m.), *Monique* (67.474 f.), *Napoleão* (3.544 m.), *Olivier* (527 m.), *Pierre* (6.140 m.), *René* (21.544 m.), *René* (1.927 f.)/***Renée*** (562 f.), *Simone* (339.535 f.), *Valerie* (175 f.)/***Valéria*** (183.943 f.).

Para além dos prenomes *per se*, à influência francesa se deve o uso de alguns formativos de novos antropônimos no Brasil, por exemplo, *-ete* e *-ane*.

#### ELEMENTOS NORTE-AMERICANOS

A partir da segunda guerra mundial, com a vitória dos aliados, o mundo passará a viver uma crescente influência da língua inglesa falada nos Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil será particularmente afetado nesse processo.

Compreender a *americanização* do Brasil não é uma tarefa simples, pois inúmeros fatores políticos e culturais estão aí imbricados. O certo é que ela tem início na década de 1940, na chamada Era Vargas.

Do ponto de vista político, é preciso que se considere que quando os alemães invadiram a Polônia em setembro de 1939, desencadeou-se um clima de tensão por toda a Europa e, nesse momento, os Estados Unidos redobram a atenção pela América Latina. Essa atenção já vinha sendo desenvolvida através da política de *boa vizinhança*, que foi iniciada na gestão do republicano Herbert Hoover, eleito em novembro de 1928 e levada a cabo pelo Presidente Franklin Roosevelt (1933 a

1945), com o intuito de assegurar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental. As interferências norte-americanas na política brasileira nem sempre estão explícitas, mas, muito embora obscurecidas e com propósitos pouco nacionalistas - do ponto de vista brasileiro, elas se fazem presentes em momentos marcantes de nossa história como a instauração da ditadura militar em 1964 e o golpe de 2016 que retirou a presidenta eleita, Dilma Rousseff, da cadeira do planalto.

Se do ponto de vista político são um tanto quanto obscuras as participações dos americanos no cenário brasileiro, do ponto de vista cultural não há nada mais explícito: a indústria cultural dos Estados Unidos da América encontrou no Brasil um terreno fértil não só para obter lucros financeiros, mas, sobretudo, para promover a inserção do modo de vida americano (*American Way of Live*) no ideário brasileiro. A política da boa vizinhança subentendia também uma troca, propriamente dita, de mercadorias, valores e bens culturais entre os Estados Unidos e o Brasil. No entanto, observou-se uma enorme divergência destes recursos de difusão cultural entre os dois países que, na prática, produziu uma influência direcionada quase que exclusivamente do “centro” para a “periferia”, ou seja, de lá para cá (MOURA, 1984, p.9).

É, portanto, através, sobretudo, do cinema, da música, da televisão e da literatura que a antroponímia brasileira será majoritariamente afetada pelas influências americanas do norte.

(21) *Ashley (1883 f.), Bruce (2.116 m.), Charles (72.715 m.), Christopher (2.698 m.), Dorothy (622 f.), Dylan (648 m.)/ Dilan (703 m.), Franklin (16.133 m.), Harisson (432 m.), Hilary (1.874 f.), James (19.681 m.), Jennifer (16.163 f.), John (19.258 m.), Jhonson (448 m.)/ Jonson (663 m.), Jimmy (1.244m.), Justin 9127 m.), Lisa (2.581 f.), Michael (65.736 m.), Nancy (6.924 f.), Richard (49.910 m.), Robert (38.440 m.), Stephany (6.846 f.)<sup>23</sup>, Susan (3.527 f.), William (61.141 m.), Wilson (188.329/79º m.)*

Ademais dos prenomes que entraram e continuam entrando na antroponímia no Brasil, a influência dos EUA tem afetado a construção de novos antropônimos, sobretudo através dos formativos *-son*, *-ilson*, *-elson*, *-erson*, *-irson*, sobre o quais falaremos ao tratar dos brasileirismos.

### **ELEMENTOS BRASILEIROS (BRASILEIRISMOS)**

A antroponímia brasileira, desde as primeiras décadas do século XX vem se enriquecendo com inúmeras contribuições fruto da criatividade lexical produzidas no vernáculo. Se, contudo, do ponto de vista diacrônico mais amplo, considerando a constituição histórica do léxico do português, essas inovações poderiam ser chamadas de neologismos brasileiros, do ponto diacrônico mais restrito, muitas das criações antroponímicas brasileiras estão em uso há mais de 80 décadas, o que causa certos inconvenientes para o emprego do termo *neologismo*.

Dito isso, trataremos agora da antroponímia cunhada no Brasil, a que designaremos de brasileirismos, entendendo que esse termo atende, em sentido lato, a qualquer fenômeno linguístico (fonético, morfológico, sintático, lexical, estilístico) próprio do português brasileiro, abdicando do sentido mais usual, na tradição lexicográfica, que restringe o termo a tupinismos, sobretudo, africanismos, amerindinismos, arcaísmos e dialetalismos regionais.

O fenômeno da produção de brasileirismo na antroponímia começa a se generalizar no segundo quartel do século XX. Baseamos essa argumentação nos seguintes fatores: 1) o estudo de *corpora* datados anteriormente a esse período não revela número significativo de nomes neológicos que nos leve a considerar a relevância do fenômeno antes do século XX; 2) na base de dados do IBGE, ao verificarmos algumas centenas de nomes que foram apontados como de criação vernacular, constatamos que seu surgimento está datado, frequentemente, entre as décadas de 1930 e 1940.

O contexto histórico em que se dá esse fenômeno parece ter ligação com aspectos relacionados à inserção da população afrodescendente e imigrante no país. Após a abolição da escravatura, nasce e cresce uma massa populacional em busca de uma construção identitária particular, pois não se reconhece na matriz branca que sempre a nomeou, responsável pela expropriação de seus nomes originais. Além disso, em fins do século XIX, o fluxo intenso de imigração trará ao país uma população adepta de outras religiões que não o catolicismo, isso gerará uma demanda por um registro civil desvinculado da Igreja, como até então era a praxe. Assim, os registros de nascimento, casamento e óbito passam a ser regulados pelo Estado e em janeiro de 1889, através do Decreto nº. 10.044<sup>24</sup>, todos os municípios do país deveriam possuir ao menos um escritório do registro civil, tirando a prerrogativa da influência sobre a nomeação das mãos da igreja católica, até então regulamentadora dos registros de nascimento e batismo. A difusão dos cartórios, para fins de registro civil, certamente, possibilitou ao cidadão uma maior liberdade para a escolha do nome de seus descendentes.

Apesar de localizarmos os brasileirismos antroponímicos como um fenômeno do segundo quartel do século XX, é possível encontrar alguns poucos exemplos de inovação em datas mais recuadas. Dados da tese de doutorado de Cunha e Souza (2017) sobre os antropônimos presentes nos requerimentos de entrada de novos sócios da Sociedade Protetora dos Desvalidos, irmandade fundada no século XIX que congregava negros libertos em Salvador, apontam para a existência, ainda que incipiente, de prenomes inovadores, como: *Furtuoso*, *Martiliano*, *Miquilino*, *Timote* (1850)<sup>25</sup>, *Sinfônio* (1870), *Astêncio*, *Guardino*, *Sisniano*, *Tintiliano*, *Vinisimo* (1880), *Berenito*, *Bibiano*, *Braziliano*, *Crecentino* e *Tintino* (1890). Nesses casos, observamos que na maior parte se trata de nomes tradicionais que tem alteração na sua forma gráfico-fônica.

A inovação do léxico onomástico personativo no Brasil, no séc. XX passa por vários processos de natureza morfolexical. Um deles diz respeito à transposição de nomes do léxico comum para o antroponímico:



(22) *Brisa* (1.903 f.), *Flor* (2.640 f.), *Jade* (11.297 f.), *Júpiter* (68 m.), *(Lua 840 f.)*, *Luz* (1.462 f.)/ *Luz* (1.315 m.), *Mar* (163 f.)/ *Mar* (90 m.), *Margarida* (114.690 f.), *Mel* (4.047 f.), *Pérola* (3.861 f.), *Sol* (380 f.)/ *Sol* (147 m.).

Também é possível encontrar variados casos em que um nome tradicional é levemente alterado em sua configuração gráfico-fônica, a fim de gerar um nome inovador, até agora, os nossos dados revelam que, nesse fenômeno, predominam alterações entre os fonemas [b] ~ [d] e [d] ~ [t], mas não exclusivamente:

(23) *Cívia* (23 f. - *Lívia*), *Dalbino* (35 m. - *Balbino*), *Deatriz* (26 f. - *Beatriz*), *Dejamim* (22 m. - *Bejamin*), *Derenice* (337 f. - *Berenice*), *Fâmela* (60 f. - *Pâmela*), *Ingrite* (152 f. - *Indrid*), *Talila* (282 f. - *Dalila*), *Tanilo* (97 m. - *Danilo*), *Tiego* (1.287 m. - *Diego*).

Outro fenômeno gerador de novos antropônimos no Brasil é a hipocorização, processo em que se reduz o nome por perda fônica (aféreses, síncope e apócope) ou, ainda, por reduplicação de sílabas tônicas ou átonas do nome. De acordo com Gonçalves (2006, p. 8), “[...] antropônimos são encurtados afetivamente, resultando numa forma diminuta que mantém identidade com o prenome ou com o sobrenome original”.

(24) *Cacá* (41 m.), *Cau* (74 m.), *Dedé* (487 m.), *Ed* (3.275 m.), *Fafá* (26 f.), *Juli* (3.556 f.), *Mari* (25.678 f.), *Nina* (8.267 f.), *Zé* (12.617 m.), *Zeze* (203 f.)/ *Zeze* (179 m.).

Em relação aos outros processos que servem para a construção de nomes próprios no Brasil, destacamos a hipótese de que, em sua maioria, eles se utilizam de uma estrutura biformativa, advinda do modelo bitemático dos nomes de origem germânica<sup>26</sup>. Assim, sejam de natureza compositiva, sejam de natureza afixativa, ou não-concatenativa, predominam os nomes construídos pela junção de dois elementos (formativos ou itens lexicais) que podem ser tanto provenientes do léxico onomástico pessoal quanto do léxico comum. Abaixo listaremos alguns exemplos categorizados a partir do tipo de processo genolexical que lhes deram origem:

- Compostos justapostos

A composição por justaposição na construção de nomes próprios é aqui considerada pela perspectiva do encandeamento gráfico (sem espaço) de dois nomes autônomos, por tanto, duas formas livre do ponto de vista do sistema onomástico pessoal do português brasileiro:

(25) *Anabela* (786 f.), *Anacelia* (731 f.), *Anacília* (64 f.), *Anaclara* (607 f.), *Anacleide* (414 f.), *Anajulia* (386 f.), *Josenilson* (8.574 m.), *Josenilton* (9.558m.), *Josemario* (1.573 m.), *Luciomario* (56 m.), *Maraísa* (5.013 f.), *Maranice* (55 f.), *Maracelia* (71 f.)

- Compostos aglutinativos

A composição por aglutinação envolve a sobreposição de elementos fônicos que são coincidentes em posição final e inicial do primeiro e segundo nome, respectivamente:

(26) *Analice* (16.354 f.), *Analine* (1.033 f.), *Analva* (71 f.), *Anamália* (37 f.), *Anamélia*(535 f.), *Ivanilton* (3.384 m.), *Juanilton* (28 m.), *Maralice* (498 f.), *Maraline* (256 f.).

- Formativos da margem esquerda

Os elementos da margem esquerda podem ser provenientes de diversas origens, mas, em nossos dados, ainda predominam os de origem germânica. Eles se caracterizam pela formação de prenomes que servem a ambos os gêneros (masculino e feminino):

(27) **Adcarlos** (53 m.), **Admárcio** (27 m.), **Admaria** (42 f.), **Edmário** (2.022 m.), **Ednéia** (19.470 f.), **Gilomar** (48 m.), **Gilmárcio** (341 m.) **Vanilda** (30/489 f.), **Vancarlos** (128 m.)

- Formativos da margem direita

Os elementos da margem direita também podem ser provenientes de diversas origens. Eles se caracterizam por, em geral, ser responsáveis pela associação do nome a um dos gêneros (masculino e feminino), havendo casos (como os de *-van* e *-mar*), em que se prestam a formação de nomes de ambos os gêneros:

(28) **Carlane** (833 f.), **Flaviane** (15.415 f.), **Ivanberg** (31 .m), **Joseberg** (66 .m), **Francildo** (1.808 .m), **Josilma** (1.523 f.), **Marilma** (197 f), **Marilza** (28.205 f), **Josemiro** (509 m.), **Rosemiro** (2.445 m.), **Carlison** (448 .m), **Nadson** (7.258 .m), **Marivan** (1.376 .m), **Rodivan** (7.305 m.), **Lucimar** (67.004 f), **Julimar** (5.135 .m)

• *Splinter*

Os splinters são quebras não morfológicas de palavras que passam a atuar como verdadeiros afixos e geram uma série de palavras, ocupando as mesmas posições (margem esquerda ou direita) na construção dos novos itens lexicais, para esse estudos selecionamos três splinters *Franci-*, que ocorre na margem esquerda e *-ilson* e *-erson* que se posicionam na margem direita dos nomes:

(29) **Francivaldo** (10.214 m.), **Francileide** (4.763 f.), **Francineide** (18.288 f.), **Francinaldo** (116 m.), **Alailson** (2.376 m.), **Amailson** (235 m.), **Deilson** (3.460 m.), **Genilson** (32.822 m.), **Jonilson** (5.214 m.), **Nailson** (8.015 m.), **Deverson** (738 m.), **Joerson** (64 m.), **Cleverson** (18.995 .m), **Talerson** (23 .m), **Maerson** (36 .m) <sup>27</sup>.

• Cruzamento vocabular

Os cruzamentos vocabulares, também identificados como palavras-valise e *blends*, são também processos que originam uma nova palavra a partir da fusão de duas palavras-matrizes. Esse é um dos processos mais frequentes entre as criações vernaculares de antroponímicos no Brasil, uma vez que é comum se empregar dois nomes de homenagem a parentes (pai e mãe, mãe e filho(a), pai e irmã(o), avós, avôs etc.). É muito difícil ter certeza de quais nomes estão envolvidos no cruzamento vocabular, por isso, os exemplos aqui destacados vem de casos em que tivemos acesso ao processo de formação:

(30) **Adilan** (*Adilson + Ana* 186 m.), **Edívia** (*Edson + Olívia* 26 f.), **Francitonia** (*Francisc(a) + Antônia*, 30 f.), **Jessicleide** (*Jéssica + Cleide* 199 f.), **Julícia** (*Juliana + Letícia* 39 f.), **Orlângela** (*Orlando + Rosângela* 22 f.), **Valdilane** (*Valdir + Elane* 308 f.).

Para além dos brasileirismos antroponímicos que seguem padrões morfolexicais identificáveis, é possível encontrar construções cujos processos de formação escapam a uma possível análise genolexical:

(31) **Car** (21 m.), **Diosiffer** (20 m.), **Ee** (21 m. e f.), **Hacmoni** (-20<sup>28</sup> m.), **Jokbed** (-20 m.), **Nellens** (-20 f.), **Notli** (-20 f.), **Tchielecson** (-20 .m).

Em resumo, o Brasil tanto preservou a antroponímia tradicional de herança portuguesa, quanto inovou o seu quadro onomástico pessoal em diferentes perspectivas, seja pela integração de elementos de línguas com as quais entrou em contato (*in locu* ou cultural), seja através das criações vernaculares que muito enriqueceram o nosso sistema onomástico pessoal. Hoje, os materiais lexicográficos de que dispomos não chegam nem perto de refletir o que seja o cenário dos prenomes em uso no país.

A antroponímia é um campo privilegiado de investigação linguística porque provoca a inter-relação entre questões de ordem social, cultural, histórica, semântica e etimológica, e, apesar disso, podemos considerar ainda relativamente parco o conhecimento acadêmico que se tem acerca do léxico onomástico pessoal e, mais precisamente, da antroponímia brasileira, que, por sua vez, possui características bem peculiares. Esse estudo visou, portanto, contribuir, ainda que de forma preliminar para uma maior compreensão das origens e estruturação do léxico antroponímico do português brasileiro.

Retomando as reflexões de Piel (1989 [1976]) acerca da formação do léxico comum do português europeu e fazendo um paralelo com o léxico antroponímico no Brasil, podemos dizer que se trata de longo e laborioso processo que nunca se manteve estacionário e que continua o seu curso de constituição considerando motivações e influências diversas.

## Notas

<sup>1</sup> 216 d.C., época do imperador Caracalla, quando parte do noroeste é alçada a condição de província romana, sob o título de *Gallacia et Asturica*.

<sup>2</sup> Esses sufixos formam derivados denominativos que passam a significar ‘pertencente a / procedente de’, estrutura muito útil para referir-se ao nome do pai (patronímico) ou da família (herdado, como em latim).

<sup>3</sup> Esse estudo não se configura como um trabalho de natureza etimológica *ipsis litteris*, contudo, para as informações que encerram os prenomes dentro de um ou outro elemento da formação sócio-histórica da língua portuguesa, foram consultadas as seguintes obras de natureza etimológica: Nascentes (1952), Mansur Guerios (1973). Machado (1981) e Viaro (2004) (cf. referências bibliográficas).

<sup>4</sup> Os prenomes usados como exemplos nesse estudo são acompanhados de informações entre parêntesis que dizem respeito ao número de registros no Brasil e, quando estiver entre os 100, a posição no ranking de popularidade, segundo dados do IBGE disponíveis em <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>.

<sup>5</sup> Maiores informações sobre a história do nome *Viriato* podem ser encontradas no artigo *O nome de Viriato*, de Armando Coelho F. Silva, 2003, em que se podem encontrar outras hipóteses acerca de sua origem, como a latina no participio-adjetival *Viritaus*, -a,-um derivado da palavra *Viriae*, que seria um nome celtibérico, *Virolae*, em celta, com

significado de 'braceletes, armilas', sendo *Viriatius* 'aquele que usava *viriae*'. Em todo o caso, mesmo que se trate de um nome gerado no latim, parece tratar-se do que Vallejo Ruiz designa de idiônimo.

<sup>6</sup> Quando o exemplário não fizer distinção entre o conjunto de prenomes por gênero, os totais de registros virão acompanhados de *f.* para os totais de registros do gênero feminino e *m.* do masculino. Será sempre considerado, para a contabilização, o gênero em que a frequência do nome é maior.

<sup>7</sup> Públio Cornélio Cipião Africão (ou Africano) recebe esse *agnomem* por ter derrotado Aníbal nas Guerras Púnicas, esse é um exemplo clássico de como se dava a atribuição do quarto elemento da frase antropônima.

<sup>8</sup> Sobre os nomes femininos correspondentes a originais masculinos, como *Adriano/Adriana*, vale ressaltar que, muitas vezes, a criação dos prenomes femininos não se dá na língua original, mas sim, nas línguas modernas, podendo ser uma adaptação feita no português ou tomada de empréstimo. Essa ressalva vale também para casos de nomes originários de outras línguas como do grego *Alexandre/Alexandra*, do hebraico *Gabriel/Gabriela*, do germânico *Eduardo/Eduarda*.

<sup>9</sup> Sob o rótulo de germanismo ou de origem germânica, concentramos, assim como fazem vários autores, prenomes que tinham sua origem em antigas línguas germânicas específicas. A investigação acerca dessas especificidades caberá a estudiosos de etimologia, já que esse não é o objetivo desse estudo.

<sup>10</sup> Como houve uma Santa Cunegundes, de Luxemburgo, pode ser temerário considerar o seu apagamento. Embora no Facebook não tenhamos encontrado ninguém com esse prenome (apenas quatro pessoas – três mulheres e um homem – que o possuem na posição/condição de sobrenome), nos dados do Censo de 2010 do IBGE consta um número total de 34 pessoas com esse nome. Também encontramos o registro de 172 pessoas nomeadas de *Tusnela* entre 1930 e 1960 nos dados do IBGE. Os demais nomes citados aqui não foram verificados em registros brasileiros segundo o Censo 2010.

<sup>11</sup> Se forem somadas as frequências das variantes gráficas de *Luiz/Luis* sua popularidade estará entre a 3<sup>o</sup> e a 4<sup>o</sup> posição, considerando a popularidade dos prenomes *Antônio* e *Francisco* entre os nomes masculinos.

<sup>12</sup> Os documentos notariais editados por Martins foram consultados em meio digital, através do *Corpus informatizado do português medieval (CIPM)*, hospedado no endereço: <http://cipm.fcsh.unl.pt/>.

<sup>13</sup> O número de ocorrências de *Maria* pode parecer pouco significativo se comparado ao número total de prenomes coletados, mas, considerando que o número total de nomes femininos no *corpus* corresponde a apenas 196, tal recorrência passa a ser bastante significativa, cerca de 24%.

<sup>14</sup> Em 1759, com o Diretório do Marquês de Pombal, proibindo a difusão do ensino das línguas gerais nas províncias e tendo os jesuítas, pela segunda vez, sido expulsos do território brasileiro, a língua portuguesa encontrará terreno para se difundir.

<sup>15</sup> Entendemos aqui tupinismos como palavras originárias dos muitos dialetos tupi-guarani e tupi-não-guarani falados no Brasil, dentre os quais se destaca o tupinambá. Por sua vez, o termo tupinambá, como bem sinaliza Nobre (2011, p. 14) é uma generalização que se aplicará para grande parte das tribos da costa brasileira.

<sup>16</sup> O nome *Juraci* encontra uma distribuição quase igual entre nomes masculinos e femininos.

<sup>17</sup> Hébrard (2000) cita dois exemplos desse tipo de documentação, o primeiro caso trata-se de inventário das capturas efetuadas na ocasião de uma expedição militar à região de Caconda (a sudeste de Benguela), em 1736, o segundo documento é um manuscrito da Biblioteca Britânica e diz respeito a um acontecimento de tráfico ilegal sucedido durante a ocupação inglesa da Ilha da Reunião entre 1810 e 1815.

<sup>18</sup> Segundo dados da Central Nacional de Informações do Registro Civil, *Enzo Gabriel* foi o nome mais registrado no país em 2018.

<sup>19</sup> Segundo os dados do IBGE, os estados com maior incidência desses nomes são Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

<sup>20</sup> *Made in Japan*, IBGE. Resistência e Integração: 100 anos de Imigração Japonesa no Brasil *apud* IBGE Traça o Perfil dos Imigrantes, 2008. Acesso: 23 abr. 2019.

<sup>21</sup> Inicialmente, a maioria dos imigrantes era proveniente da Síria, do Líbano e da Palestina, mas tinham alguns representantes do Iraque, do Marrocos, da Argélia e do Egito.

<sup>22</sup> Segundo Basseto (2005), o provençal, falado no sul da França, que teve grande influência sobre galego-português, desenvolveu-se a partir da arte literária dos trovadores, que elaboraram poesias líricas de significativa relevância para o desenvolvimento do pensamento universal.

<sup>23</sup> Talvez esse seja o nome com maior número de variantes gráficas no português do Brasil: *Stefani, Stefaniy, Stefanni, Stefanny, Stefany, Steffani, Steffanni, Steffanny, Steffany, Stefhani, Stefhanny, Stefhany, Stephani, Stephanni, Stephanny, Sthefani, Sthefanni, Sthefanny, Sthefany, Stheffani, Stheffanny, Stheffany, Sthefhany, Sthephani, Sthephanny, Sthephany, Estefani, Estefanni, Estefanny, Estefany, Esteffani, Esteffanny, Esteffany, Estefhani, Estefhanny, Estefhany, Estephani, Estephanni, Estephanny, Estephany, Esthefani, Esthefanni, Esthefanny, Esthefany, Estheffani, Estheffany, Esthephani, Esthephany, Eztefani, Hestefani, Hestefany.*

<sup>24</sup> Esse decreto fixa o dia em que deve começar a ter execução, em todo o Império, o Regulamento do Registro Civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, expedido no Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888.

<sup>25</sup> Os requerimentos estão separados por décadas.

<sup>26</sup> Essa hipótese vem sendo desenvolvida em outros estudos: Rodrigues (2016); Soledade, Rodrigues e Lopes (2018, no prelo); Soledade (2019, no prelo).

<sup>27</sup> Para maiores informações acerca da origem dos *splinters* *-ilson* e *-erson*, conferir o artigo de Simões Neto e Soledade (2018).

<sup>28</sup> Os nomes com a marca -20 foram encontrados em registros fora do IBGE, já que o sistema de contabilização do censo 2010 só incluiu nomes com frequência acima de 20.

---

## Referências

---

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, Maria Filomena Lopes de. Nomear e ser nomeado: A onomástica dos muçulmanos portugueses no processo identitário In: **Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica: Período Medieval e Moderno** [online]. Évora: Publicações do Cidehus,

2008, p. 309-322. Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/247>. Acesso: 20 abr. 2019.

BASSETTO, Bruno Fregni. A România In: **Elementos de Filologia Românica: História Externa das Línguas**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 177-250.

BONCIANE, R. e ARRUDA, Lucybeth. Por que não temos sobrenomes africanos ou indígenas? In: **NEXO JORNAL LTDA**, 2017 [Podcast]. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/03/17/Por-que-n%C3%A3o-temos-sobrenomes-africanos-ou-ind%C3%ADgenas>. Acesso 20 abr. 2019.

BRASIL, IBGE. NOMES NO BRASIL. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>.

CÂMARA JR. J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CARVALHINHOS, P. J. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de Linguagem**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686>. Acesso em: 15 set. 2018.

CASTRO, Ivo. A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas. In: **Estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer**. ed. A. Boullón, Coruña, Fund. Barrié, 2004, p. 245-256.

CUNHA E SOUSA, Hirão Fernandes. **Arlindos e negros: o nome próprio em uma irmandade de cor na Bahia dos séculos XIX e XX**. Salvador: ILUFBA. Tese de doutorado, 2017, 302 p.

DICK, M. V. P. A.. O Português do Brasil no Período Colonial. **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**, Rio de Janeiro, v. V, 2002.p. 133-146,

ENTWISTLE, W. J. **A lenda arturiana nas literaturas da Península Ibérica**. Lisboa: Impensa Nacional, 1942.

FERREIRA, Lola. **RJ: pais não conseguem registrar filha com nome africano e cartório questiona constrangimento**. *Jornal R7*, 23 mar. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-pais-nao-conseguem-registrar-filha-com-nome-africano-e-cartorio-questiona-constrangimento-24032016>. Acesso: 22 abr. 2019.

GASPAR, C. Algumas notas sobre onomástica romana nos gramáticos latinos. **Sylloge Epigraphica Barcinonensis**: SEBarc, 2010, n.8, p. 153-178. Disponível em: <http://www.rac.cat/index.php/SEBarc/article/view/254612>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. Niterói: **Gragoatá**. vol. 21, 2006, p. 219–242.

HÉBRARD, JEAN. **Escravidão e denominação: imposição e apropriação de um nome entre os escravos da Bahia no século XIX**. 2003. Tradução feita por Tânia Lobo e Sônia Borba Costa. (mimeo). 64 p.

KLINT, Herbert S. A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos. **Novos estudos**, n. 25, 1989, p. 95-117.

LAPESA, M. P. Antroponímia prerromana. In: **Enciclopédia Linguística Hispânica**, v.1. Madrid: CSIC, 1960, p. 347-387.

MACHADO, J. P. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Horizonte/Confluência, 2003 [1981]. 3. v.

MANSUR GUÉRIOS, R. F. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1973 (2.a edição revista e ampliada).

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. **Revista História**, n 121, p. 5-26, ago/dez. 1989, p.

MASCARENHAS, Fabiana. Registrar nomes africanos é mais difícil. **Jornal A TARDE**, 13 jul. 2014. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/registrar-nomes-africanos-e-mais-dificil-1605468>. Acesso: 22 abr. 2019.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A difusão generalizada da língua portuguesa no território brasileiro. In: **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004, p. 91-108.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Germanismos e arabismos no período formativo da língua portuguesa**. Disponível em: <http://www.prohpor.ufba.br/germanismos.html>. Acesso: 06 jun. 2009.

MORAES, C. M. T.; SIMÕES NETO, N. A. A antroponímia de Angola e as relações com o cenário luso-brasileiro. In: **E-book do evento Abralin em cena: linguagem e sociedade** (Feira de Santana, 23 a 25 de outubro de 2018). Vitória da Conquista: Edições Labedisco, 2019. (inédito).

MOURA, G. Tio Sam chega ao Brasil, à penetração cultural americana. In: **Coleção Tudo é História**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NABÃO, R. M. O estudo de nomes próprios de nipo-brasileiros: geração issei e geração nissei. **Revista Trama**, v. 3, n. 5, 2007, p. 181-192.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da língua Portuguesa: nomes próprios**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952. t.2.

NOBRE, W. C. de Argolo. **Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial**. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.

PATARRA, N. L. e FERNANDES, D. Brasil, país de imigração? **Migrações** (Revista Internacional de língua portuguesa), Lisboa, n. 24, 2011, p. 65-96.

PAULA, Elisângela Aparecida Zaboroski de. A visão popular ibérica do povo islâmico na guerra da reconquista: mouros históricos x mouros míticos. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 7, n. 1, 2011, p. 185-200.

PEREIRA FILHO, Davi A.. **A antroponímia no português arcaico: o legado germânico**. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. In: MATTOS E SILVA, R. V.; CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. (Orgs.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-142.

PIEL, Joseph-Maria. A antroponímia germânica na Península Ibérica. In: **Estudos de linguística histórica galego-portuguesa**. Lisboa: IN-CM, 1989 [1960], p.129-147



PIEL, Joseph-Maria. Origens e estruturação histórica do léxico português. In: **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**, Lisboa: IN-CM, 1989 [1976], pp. 9-16.

PINHEIRO, A. C. F. Uma obra civilizatória: instrução e catequização dos índios na província da Parahyba do Norte (1822-1865). *sÆculum* - REVISTA DE HISTÓRIA [22]; João Pessoa, jan./ jun. 2010

REIS, J. J. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos Malês em 1835. ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, L. **Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil**. Trabalho de Conclusão de curso (graduação) – Faculdade de Letras, Universidade federal da Bahia, Salvador, 2016.

ROSA, J. M. **Galicismos no português do Brasil**: uma abordagem lexicográfica. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

SAKURAI, Celia. **Imigração tutelada**: os japoneses no Brasil. 2000. 191 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280717>>. Acesso: 21 abr. 2019.

SANTOS, M. L. F. de O. S. A onomástica, o indivíduo e o grupo, Açores. **Arquipélago-História**, Açores, v. 7, 2ª s, 2003, p. 229-242. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.3/389>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, M. L. F. de O. S. As ordens religiosas na diocese de Évora - 1165-1540. In: **Eborensia**, n. 39, 2007, p. 185-201.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania A imigração alemã e o Estado brasileiro. Trabalho apresentado no XV11 **Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993. Disponível em [http://anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26\\_08.pdf](http://anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26_08.pdf). Acesso: 23/04/2019.

SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. . Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, p. 1295-1350, 2018.

SILVA, Armando C. F. O nome de Viriato. In: **PORTVGALLIA**. Nova série. XXIV, 2003, p. 45-52.

SILVA, D. P. da (2011). As perseguições aos cristãos no Império Romano (séc. I-IV): dois modelos de apreensão. **Revista Jesus Histórico**, v. 7, 2011, p. 29-44.

SILVA, I. S. de S. **Antroponímia do português arcaico**: um estudo linguístico e sócio-histórico de sobrenomes. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SOLEDADE, Juliana. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes próprios personativos. In: LOBO, Tânia et al. (Org). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 323–336.

SOLEDADE, J, RODEIGUES, L. e LOPES, M. O legado germânico na antroponímia neológica do português brasileiro. In: **Anais do IV Congresso Internacional de Linguística Histórica**, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2018. [no prelo].

SOLEDADE, Juliana. A hipótese da prevalência de construções biformativas em processos concatenativos e não concatenativos na formação de antropônimos neológicos no Brasil.

In: **Estudos Linguísticos e Literários** – Dossiê Morfologia, Salvador: EDUFBA, 2019. [no prelo]

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos da província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

TOTA, Antonio Pedro. Americanização no condicional: Brasil nos anos 40. **Perspectivas**, v. 16, 1993. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106751>>. Acesso: 25 abr. 2019.

TRUZZI, Osvaldo. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos - um enfoque comparativo. **Estudos Históricos**, n. 27, 2001, p. 110-140.

VASCONCELOS, J. Leite de **Antroponímia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VASCONCELOS, J. Leite de. **Etnografia Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, v. 2, 1982.

VIARO, M. E. **Por trás das palavras** - Manual de etimologia do português. São Paulo: Globo, 2004.

VILLAREJO RUIZ, J. M. Los celtas e la onomástica - El caso hispano. **Revista Palaeohispanica**, Zaragoza: n. 10, 2010, p. 629-647. Disponível em <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/30/23/40vallejo.pdf>. Acesso: 23 abr. 2019.

---

### Para citar este artigo

---

SOLEDADE, J. Origens e estruturação histórica do léxico antroponímico do português brasileiro. **MACABÉA – REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI**, CRATO, V. 8., N. 2., 2019, p. 411-452.

---

### A Autora

---

**Juliana Soledade** possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (1999), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2001) e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2004). Atualmente é professor associado da Universidade Federal da Bahia, em exercício na Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em morfologia, léxico e linguística histórica. É coordenadora do subgrupo de Morfologia e Lexicologia históricas no âmbito do PROHPOR (Programa para a história da língua portuguesa). Também coordena o projeto Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil. É membro do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia e do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL), da Universidade de Brasília.